

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Antonella Maria Imperatriz Tassinari

MEMORIAL DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

Concurso para a Promoção à Classe E com denominação
de Professora Titular da Carreira do Magistério Superior

Data de ingresso na UFSC: 23/04/1999

Matrícula SIAPE: 1299809

Ilha de Santa Catarina, setembro de 2016.

The wellspring of the prophet's creativity is no diferente from that of the painter, the poet, and the scientist. This essay sprang from my fantasy, but the essay itself is not a fantasy, since the original fantasy was mediated through my discipline and my critical faculties into its presente form.

Gananatah Obeyesekere, *Medusas's Hair*, 1981: p.192.

Às minhas mestras:

Aracy Lopes da Silva (in memorian) e

Lux Boelitz Vidal

Sumário

Apresentação.....	6
Agradecimentos.....	7
Prolegômenos: Antropologia como Redenção.....	8
Formação: da USP ao Oiapoque e vice-versa.....	10
Caminhos da docência na Ilha de Santa Catarina.....	14
Ensino na Graduação.....	14
Ensino na pós-graduação.....	17
Orientação.....	18
Administração e Iniciativas de Inclusão.....	25
Associação Científica e Comissões Editoriais.....	28
Do bom das festas às redes virtuais: contribuições à etnologia indígena.....	29
Misturas e redes: os Karipuna e os modelos das Guianas.....	29
No Bom da Festa.....	34
Das Festas aos Processos de Transmissão da Memória.....	37
Experimentações etnográficas: escrituras em vídeo e blog.....	41
Ensino e aprendizagem para além da escola: contribuições à Antropologia da Educação e à Antropologia da Criança:.....	45
Antropologia da Criança: acompanhando os primeiros passos de um campo de investigação no Brasil.....	48
Da Educação escolar indígena às políticas de inclusão no Ensino Superior.....	52
Do Ensino da Temática Indígena ao Ensino de Antropologia.....	56
Para continuar.....	58
Bibliografia Citada:.....	61
Anexo: Listagem das Atividades Realizadas.....	65

Apresentação

Neste memorial apresento a síntese de minhas atividades na carreira do magistério superior, visando à promoção para a classe de Professora Titular, conforme a Resolução Normativa N° 40/CUn/2014, de 27 de maio 2014. Procurando seguir a estrutura estipulada no Artigo 4° § 2° da Resolução Normativa N° 40/CUn/2014, organizei este memorial em três itens, nos quais estão descritas de forma qualitativa e articulada as atividades que constam do art. 5° da Portaria n° 982/MEC/2013, relativas ao ensino, orientações, pesquisa, extensão e administração. A lista destas atividades e os certificados, organizados segundo os treze tópicos da referida portaria, estão apresentados como anexos deste memorial, os segundos na forma digital.

No primeiro item, apresento minha trajetória docente na UFSC, com ênfase nas atividades de ensino, atuação e coordenação em cursos de graduação e pós-graduação, orientação e administração. Também trato da minha colaboração para a Associação Brasileira de Antropologia, CAPES e atividades editoriais. Nos dois itens seguintes, apresento articuladamente minha produção intelectual e os projetos de pesquisa e extensão, buscando reforçar a relação entre ensino, pesquisa e extensão. A menção a esta produção é indicada nas notas de rodapé.

O segundo item trata da minha pesquisa de longa duração com as populações indígenas do Oiapoque, especialmente Karipuna e Galibi-Marworno, através da qual acredito ter contribuído para alguns temas da Etnologia Indígena no Brasil: cosmologia, rituais, pessoa e corporalidade, transmissão da memória, etnicidade e produção de redes sociais. Os desafios desta pesquisa também me fizeram refletir sobre a escritura etnográfica e fazer algumas experimentações com imagens e hipermídia.

No último item, apresento minhas atividades e contribuições para as áreas da Antropologia da Educação e Antropologia da Criança, abarcando análises sobre educação indígena, processos próprios de aprendizagem, ensino da temática indígena na Educação Básica, ensino de Antropologia, Educação Superior e Ações Afirmativas. Acredito que, através de pesquisas, orientações e organizações de atividades em congressos científicos, tenho contribuído para a consolidação dessas duas áreas no Brasil, fazendo-as dialogar com as contribuições da Etnologia Indígena.

Antes disso, algumas páginas de prolegômenos procuram dar conta, de uma maneira mais afetiva e pessoal, dos antecedentes e bases dessa trajetória.

Agradecimentos

A escritura de um memorial reaviva a lembrança de muitos encontros e parcerias ao longo de uma vida. Não conseguiria agradecer a todos e a todas que me possibilitaram desenvolver as atividades que estão aqui registradas. Mas gostaria de agradecer àquelas pessoas que me estimularam e possibilitaram a feitura do próprio memorial.

Agradeço à Ana Lucia Vulfe Nötzold, quem me mostrou o caminho e à Maria Dorothea Post Darella, pelas sempre sábias palavras. Miriam Pillar Grossi, Carmen Rial, Ana Maria Rabelo Gomes e Eliane Cantarino O'Dwyer se dispuseram a compartilhar comigo suas experiências recentes. Obrigada!

Mônica Almeida passou várias tardes em frente à máquina de escâner e me deu coragem para organizar a papelada, pelo que lhe sou muito grata. Paloma Siqueira e Mariana dos Santos também ajudaram a digitalizar os documentos que faltaram e Gabriela Sagaz teve a grande ideia de juntar a equipe do NEPI e organizar um mutirão de conferência da papelada, que juntou Hélder Pires, Ítalo Mongconãnn Reis, Daniel Gordillo Sánchez e Rosilene Fonseca. Sou privilegiada por contar com o apoio de vocês!

À minha filha Clara Tassinari Alves, gratidão de todos os dias, seu carinho e companheirismo me fazem sentir que tudo isso vale a pena.

Prolegômenos: Antropologia como Redenção

*Quantas belezas deixadas nos cantos da vida
Que ninguém quer e nem mesmo procura encontrar*
Décio Carvalho, Esperanças Perdidas

Ao me debruçar sobre a minha trajetória acadêmica e intelectual para a elaboração deste memorial, eu me dou conta que o mais prazeroso e significativo deste percurso não cabe aqui. Organizando uma papelada de certificados para comprovar as atividades realizadas e, de alguma forma, justificar o mérito acadêmico para a titulação, percebi que esses documentos muito tenuamente revelam aquilo que há de mais fundamental nesta carreira de antropóloga, da forma como a construí: os caminhos improváveis que foram percorridos, as relações e os vínculos criados e cultivados, as possibilidades de estimular outras pessoas com ideias e oportunidades, as belezas encontradas nos cantos da vida.

É isso que pretendo anunciar nesses prolegômenos, pois é o que dá sentido e amarração a todas as atividades que aqui apresento. Algumas delas realizadas com o frio na barriga de um desafio inédito, com a expectativa de seguir um caminho diferente do que me fora traçado, embora a maior parte realizada com persistência e obstinação, até por teimosia, dentre as tantas atribuições rotineiras. O que trago aqui é a Antropologia que soube fazer e que soube ensinar, quando o propósito maior sempre foi experimentar encontros e diálogos, reconhecer e revelar o valor do que está fora da trilha, ajudar a construir um campo social mais justo e inclusivo. E é o que espero continuar fazendo.

A Antropologia se apresentou para mim, desde cedo, como uma possibilidade de redenção. Por possibilitar a liberação dos constrangimentos sociais relativos às condições em que me encontrava, especialmente de gênero e classe. Creio que ninguém segue esta carreira por uma motivação muito racional de ocupar lugares, empregos ou papéis de prestígio social. Ao contrário, vejo que esta carreira tem possibilitado a muitos de nós - não completamente adaptados às expectativas que a sociedade nos impõem, podermos viver outras experiências e mostrar que outros mundos são possíveis.

Nasci numa família de classe média na cidade de São Paulo e tive a chance de frequentar boas escolas particulares na minha formação básica, embora estivéssemos em tempos de ditadura militar e não houvesse muito espaço para uma formação política e crítica. A pauliceia fervilhava criatividade, irreverência e crítica ao sistema, mas pouco disso chegava aos espaços que eu frequentava na infância, entre a família, a escola e a igreja católica. Meus antepassados, italianos das regiões de Lucca e Ravena, que migraram para o interior de São Paulo (família Imperatriz para Mococa e Benassi para Ribeirão Preto) e para a

capital (família Tassinari) e cristãos novos franco-holandeses que migraram para Itajubá, no sul das Minas Gerais (família Salomon), haviam feito muito esforço para se estabelecerem como comerciantes respeitáveis, o que implicava num projeto consciente de busca de ascensão social através dos estudos.

Embora, num primeiro momento, o espaço escolar tenha me causado estranhamento (como descrevi no artigo “A Sociedade contra a Escola”), aos poucos tornou-se o meu refúgio e eu logo me vi absorvida pelo prazer da leitura, da escrita e da matemática. A abstração do conhecimento escolar, sobre a qual venho refletindo e criticando como única fonte legítima de conhecimento, estranhamente, era o que mais me fascinava e que me deu suporte em minha infância.

Nesse cenário protegido e familiar, foi impactante o dia em que meu tio-avô entrou na sala de casa com muitos objetos indígenas que trouxera de sua última expedição a Barra do Garças, Mato Grosso. Geraldo Salomon era médico do Instituto de Higiene de São Paulo e desenvolveu, com o apoio da esposa Esther Leirner Salomon, um importante trabalho epidemiológico, combatendo e controlando a tuberculose entre os Xavante e Bororo por mais de vinte anos. A partir dali, todo ano, meus tios retornavam das aldeias com objetos e histórias que me permitiram entender algo fundamental: “então, outros mundos são possíveis!”.

Para as mulheres da minha família, os caminhos esperados eram a vida doméstica, centrada nos cuidados com crianças e idosos, e a profissão de professora. Se a docência me atraiu, devo muito às irmãs Benassi: Noêmia, Carlota e Olga, avó e tias-avós maternas, professoras da escola primária, com suas histórias sobre a sala de aula e como conseguiram estimular seus alunos e alunas a superarem situações difíceis e se realizarem através dos estudos. Essa herança certamente explica porque, vira e mexe, estou às voltas com questões relativas à escola e à Educação Básica. Na carreira acadêmica, tive inspiração em algumas primas da geração ascendente: a biblioteconomista Inês Imperatriz, a bióloga Vera Imperatriz-Fonseca, e a nutricionista Eliete Salomon-Tudisco.

Ao fazer uma retrospectiva, percebo que segui exatamente esses caminhos mas, com satisfação, observo que me levaram a lugares muito diferentes dos previstos. Não teria a Antropologia me permitido reunir muitos interesses que, de outra forma, seriam deixados nos cantos da vida? Essa é a ideia de reconhecer, em minha trajetória, a Antropologia como redenção, por ter me possibilitado experiências, vivências e ideias muito libertadoras que, se não cabem aqui neste memorial, ao menos merecem ser anunciadas como forças geratrizes de tudo que está aqui.

Formação: da USP ao Oiapoque e vice-versa

Em 1987 ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo decidida a estudar as populações indígenas. “Não foi só por acaso”, como escreveu Mariza Peirano (1992b) em seu Memorial, em alusão às biografias que registrara de cientistas sociais, que ressaltavam o “acaso” como recorrente justificativa para os rumos de suas trajetórias (PEIRANO 1992). Como tratei acima, o acaso teria me levado para outros rumos.

Minhas primeiras aulas foram marcadas por grandes descobertas e uma identificação crescente com professoras, autores e abordagens. Tive a sorte de ter a primeira aula do curso, em 1987, ministrada por Aracy Lopes da Silva, quem também trabalhava com os Xavante e, com seu sorriso e inteligência cativantes, reforçou em mim o gosto e vontade de trabalhar com populações indígenas. O mesmo ocorreu com as outras Ciências Sociais, que me foram apresentadas em conjunto, graças a uma disciplina que foi experimentalmente oferecida em 1987: *Introdução às Ciências Sociais*, ministradas por professores das três áreas. Esse experimento não teve continuidade, mas foi muito rico para a minha formação, revelando o momento histórico da constituição da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política, embasando-as e articulando-as a partir de questões fundantes. Tendo descoberto temas novos e instigantes das Ciências Sociais, reorientei meu percurso na graduação: do interesse pelas culturas indígenas à busca de uma formação mais geral, que abarcou optativas das três áreas, além da Filosofia e História.

Foi fundamental para a minha formação acadêmica a participação em núcleos de pesquisa. Trabalhei como estagiária do Núcleo de Pesquisas Sociais, coordenado pelo Prof. Brasília Salum Jr., realizando a coleta de dados jornalísticos para a produção de um banco de dados sobre Política e Economia no Brasil. Participei do Núcleo de Estudos do Tempo, do Instituto de Estudos Avançados, a partir do estímulo e orientação da Profa. Maria Helena Oliva Augusto. Ingressei no Grupo MARI de Educação Indígena, a convite da Profa. Aracy Lopes da Silva.

No último ano da graduação, uma oportunidade de pesquisa marcou definitivamente minha trajetória profissional, reaproximando-me dos interesses que me fizeram escolher a graduação em Ciências Sociais: concorri a uma vaga de auxiliar de pesquisa da Profa. Lux Boelitz Vidal que, após mais de vinte anos de trabalho junto aos Xikrin do Bacajá, planejava a realização de um *survey* nas aldeias indígenas da região do Uaçá, norte do Amapá, com vistas a formular um novo projeto de pesquisa (VIDAL 1990). Dois anos antes, tivera o privilégio de frequentar a disciplina Etnologia Indígena ministrada por Lux, a quem admirava pela capacidade de equacionar um grande engajamento político pela causa indígena a uma densidade e cuidado acadêmico no tratamento de temas muito

originais na época, agregando corporalidade, estética, gênero e ritual. Essa viagem, realizada com o financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, foi a minha iniciação no campo da etnologia indígena.



Partimos para o Oiapoque em julho de 1990. Dionísio Caripunas nos recebeu e acompanhou em toda a viagem, garantindo boas acolhidas nas aldeias. Naquele momento, eu apenas buscava uma experiência de viagem e contato com uma população indígena. Não podia imaginar que essa experiência seria tão envolvente e duradoura, criando vínculos afetivos que perduram até o presente e, em termos acadêmicos, gerando uma tese de doutorado, um livro monográfico, vários artigos, orientações, um vídeo e um blog, como descreverei adiante. No mesmo ano, retornei ao campo com um financiamento da FAPESP¹ e apresentei-me à seleção no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.

Da USP ao Oiapoque, do Oiapoque à USP. Ingressei no mestrado em 1991 com um projeto de pesquisa sobre o ciclo de festas e rituais Karipuna, através do qual passei a integrar o Grupo de Estudos dos Povos do Uaçá, recém-formado pela Profa. Lux Vidal e consolidei minha participação no Grupo MARI de Educação Indígena. Em 1995, comecei também a participar do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, no âmbito de uma pesquisa temática em equipe sobre populações da região sudeste das Guianas,

¹ Processo FAPESP 90/3002-0. Levantamento da Festa do Turé.

coordenada pela Profa. Dominique Gallois². Minha formação na pós-graduação foi, assim enriquecida pelo diálogo efetivo com os pesquisadores participantes desses grupos.

Durante a pós-graduação, em 1993 e 1994, atuei em cursos de difusão cultural sobre a temática indígena, voltados para professores do Ensino Fundamental e Médio, coordenados por Aracy Lopes da Silva e oferecidos pelo Departamento de Antropologia da USP³. Essa experiência de ensinar a ensinar temas da Antropologia foi decisiva para minha aproximação às atividades de extensão, às áreas da Antropologia da Educação e da Antropologia da Criança.

O grupo MARI de Educação Indígena tinha como objetivos desenvolver pesquisa e extensão sobre educação indígena (escolar e não-escolar) e oferecer subsídios para o tratamento adequado sobre populações indígenas no ensino regular. Foi um trabalho bastante pioneiro que envolvia assessorias para a implantação de escolas indígenas, cursos de extensão para professores, além de pesquisas que procuravam fazer a ponte entre Etnologia Indígena e Educação. Minha primeira publicação foi o artigo *Sociedades Indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural*, no livro: *A temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*, organizado por Aracy Lopes da Silva e Luis Donizete Grupioni, em 1995. Essas experiências foram semente para o desenvolvimento de um conjunto de atividades voltadas à inclusão de indígenas no Ensino Superior e às Ações Afirmativas.

Em 1994 realizei exame de qualificação para o mestrado, sendo o trabalho sugerido para doutorado direto pela banca composta pelos professores Dominique Gallois, José Guilherme Magnani e a orientadora Lux Vidal. Foi feita uma consulta ao Colegiado da FFLCH/USP e o trâmite indicado foi a realização de novo exame de qualificação para o doutorado, o qual ocorreu no final do mesmo ano.

Em agosto de 1998 defendi a tese de doutorado *Contribuição à História e à Etnografia da Região do Baixo Oiapoque: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca*, julgada pela banca composta pelos professores João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), Robin Michel Wright (UNICAMP), Maria Lúcia Aparecida Montes (USP), Aracy Lopes da Silva (USP) e presidida pela orientadora Lux Vidal (USP). A tese foi aprovada com distinção e louvor e recomendada à publicação. Em 2001, assinei contrato de publicação deste trabalho com a EDUSP e, após revisão e acréscimos, foi

² Sociedades indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas (Pesquisa Temática/ Processo FAPESP 95/00602-0).

³ “Introdução ao Estudo de Sociedades e Culturas Indígenas no Brasil” de agosto a outubro de 1993, Antropologia e História dos Índios no Brasil – curso introdutório” de abril a junho de 1994 e “Temática Indígena na Sala de Aula” de outubro a dezembro de 1994.

publicado em 2003 com o título *No Bom da Festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Uaçá.*



Caminhos da docência na Ilha de Santa Catarina

Desde maio de 1999 integro o corpo docente do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Também não foi o acaso que me trouxe a essa adorável ilha dos mares do sul, mas a admiração pela Antropologia que aqui se fazia, especialmente pela figura de Silvio Coelho dos Santos. Eu o conhecia por seu envolvimento com a Associação Brasileira de Antropologia, sua contribuição aos estudos das populações indígenas do Sul do Brasil, sua reflexão pioneira sobre educação indígena e seu engajamento nas causas políticas indigenistas. Foi por seu intermédio que eu havia publicado um dos meus primeiros textos de divulgação, um artigo sobre educação indígena no Boletim da ABA⁴.

No final de 1998, quando prestei o concurso público para o cargo de Professor de Teoria Antropológica, no qual fui aprovada em primeiro lugar, almejava ingressar num ambiente acadêmico de reconhecido prestígio na área da Etnologia Indígena, onde já atuavam Rafael de Menezes Bastos, Esther Jean Langdon e Oscar Calávia Saéz. Meus primeiros anos na UFSC foram de descobertas e parcerias com colegas de outras áreas, especialmente Ilka Boaventura Leite e Miriam Pillar Grossi, que me acolheram em projetos e atividades nos seus respectivos núcleos de pesquisa: NUER e NIGS. As aproximações com questões relacionadas às populações negras, ao gênero e ao ensino de antropologia são frutos dessas parcerias.

Trouxe para Florianópolis uma pequena bagagem de experiências anteriores de docência. Durante a graduação, havia trabalhado como monitora de ensino no Colégio Santa Cruz. Na pós-graduação, atuei em cursos de difusão sobre a temática indígena mencionados acima. Uma primeira experiência docente no Ensino Superior, na Fundação Instituto de Ensino para Osasco (FIEO, atual UNIFIEO), no segundo semestre de 1994, ministrando a disciplina “Sociologia aplicada à Administração de Empresas” para quatro turmas de cento e cinquenta alunos, tornou-me uma professora bastante versátil. No início de 1999, enquanto aguardava a efetivação do contrato na UFSC, ainda lecionei a disciplina “Introdução à Antropologia” no Curso de Ciências Sociais da Associação de Ensino de Itapetininga.

Ensino na Graduação

Iniciei as atividades docentes na UFSC em disciplinas de Antropologia Cultural oferecidas em cursos da área de saúde: Enfermagem (1999.1), Odontologia (1999.1) e Medicina

⁴ TASSINARI, A. M. I.: A Educação Escolar nas aldeias Karipuna do Uaçá. Boletim da ABA, Florianópolis, n.16, 1993, p. 14.

(1999.1, 1999.2, 2000.2, 2001.2, 2002.1) e que, posteriormente, foram retiradas do respectivos currículos. Em outros cursos, também venho lecionando para o Serviço Social as disciplinas obrigatórias Antropologia Social I (2002.2, 2003.1, 2003.2, 2004.2, 2007.1, 2007.2, 2009.2, 2010.1) e Antropologia Social II (2005.2) e Antropologia Cultural para Psicologia (2009.1).

Para o Curso de Ciências Sociais, lecionei as disciplinas obrigatórias Tendências Atuais em Antropologia (1999.1, 1999.2, 2000.2, 2004.2, 2006.1) e Introdução à Antropologia (2001.1). Como optativas, além de Etnologia Indígena (2002.1, 2007.2), fui aos poucos oferecendo disciplinas relativas aos meus temas de pesquisa, mas que não faziam parte do currículo: Leituras Etnográficas II: Festas, Rituais e Simbolismo (2000/1), Tópicos Especiais: Antropologia da Educação (2002/2), Tópicos Especiais: Antropologia no Brasil (2004.1), Tópicos Especiais: Antropologia da Criança (2009.1).

Fiz parte do Colegiado do Curso de Ciências Sociais de 2002 a 2004 e de 2006 a 2008. De 2003 a 2006 participei da Comissão que elaborou o Projeto Político Pedagógico do curso⁵, para adequá-lo às exigências das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Sociais (Resolução nº 17/02 - CES/CNE) e para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução nº 02/2002 - CP/CNE). Era uma comissão animada em criar um currículo interdisciplinar e em diálogo com a prática profissional. Ponderamos que a importância da Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPCC) para o curso de Licenciatura poderia também ser atribuída ao curso de bacharelado. Para tanto, criamos a disciplina Prática de Pesquisa I e II, para envolver os estudantes em atividades dos núcleos de pesquisa e incluímos carga horária de Prática como Componente Curricular (PCC) nas disciplinas obrigatórias, visando projetos interdisciplinares a serem realizados pelos professores das três áreas. Certamente, ecoava aqui aquela experiência de curso interdisciplinar que eu tivera no meu primeiro ano de estudante na USP.

Foi um trabalho intenso, que incluiu a realização de dois eventos para consultas públicas e apresentação das propostas de reforma curricular: a I Jornada do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais realizada em novembro de 2003 e a II Jornada em maio de 2004. A proposta final foi aprovada em 2006 e passou a vigorar em 2008. Passados 10 anos desse processo, há ainda muita dificuldade para executar os princípios propostos no Projeto Político Pedagógico, especialmente a experiência de articular as três áreas em projetos conjuntos e relacionados com a prática profissional.

⁵ Comissão composta por Antonella Imperatriz Tassinari, Elizabete Farias da Silva, Janice Tirelli Ponte de Sousa, Maria Soledad Etcheverry, Miriam Furtado Hartung, Remy José Fontana e o/a aluno/a Ludmila Ludke de Carvalho e Fernando Baptista. Portaria nº 001/CCSO/2003.

Do novo currículo, tenho lecionado o conjunto das disciplinas obrigatórias: Introdução à Antropologia (2008.1), Teoria Antropológica I (2008.2), Teoria Antropológica II (2010.1, 2015.2), Teoria Antropológica III (2014.1). Também ofereci esta última disciplina para os cursos de Antropologia (2012.2, 2014.2) e Museologia (2014.2), cursos novos criados na esteira dos projetos REUNI. De 2013 a 2014 participei do Colegiado do Curso de Antropologia.

A disciplina Antropologia da Educação (que ministrei em 2010.1 e 2013.2), antes oferecida eventualmente como tópico especial, é atualmente uma disciplina optativa integrante do currículo desses cursos. Sua inclusão é fruto desse trabalho que venho realizando para o reconhecimento da importância dos conhecimentos antropológicos na formação de professores e para uma reflexão crítica sobre processos de ensino e aprendizagem.

Em março de 2016, assumi um novo desafio: a coordenação do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Minha história com esse curso se inicia em 2005, quando acompanhei de longe (pois estava finalizando meu pós-doutorado na França) a elaboração de um projeto inicial de curso de formação de professores indígenas para ser apresentado ao primeiro edital PROLIND/MEC. Infelizmente, na ocasião, a instituição não respaldou o projeto, o que não nos impediu de levar a ideia adiante, com a formação do Cipó Imbé – Núcleo Interinstitucional de Educação Escolar Indígena, composto por docentes e pesquisadores da UFSC, da Secretaria de Educação e de instituições indigenistas. Dois anos depois, a UFSC instituiu a CIESI - Comissão Interinstitucional para Educação Superior Indígena (Portaria nº 223/GR/2007), da qual participei e que foi responsável pela formulação dos projetos apresentados ao PROLIND/MEC em 2008 e 2009.

De 2011 a 2015 tivemos a primeira turma piloto com 120 estudantes indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng cursando a Universidade Federal de Santa Catarina. Para essa turma lecionei as disciplinas Mitologia Indígena (2011.1), Organização Social (2011.2), Infância Indígena (2012.2), Práticas Corporais (2013.1) e Antropologia (2013.2). Participei do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado do Curso (Portaria 05/CFH/2013) que, entre outras coisas, estabeleceu os Regulamentos de Estágios e de Atividades Acadêmico Científico Culturais externas à UFSC.

Em abril de 2016, teve início a segunda turma da Licenciatura Intercultural Indígena, com 45 alunos Guarani, Xokleng e Kaingang, que agora assumo como Coordenadora do Curso. Esta turma ingressa num novo desenho curricular, mais articulado com os Departamentos de Ensino da UFSC, com a promessa da institucionalização do curso para sua continuidade e abertura de novas turmas. Novamente me engajo numa proposta de

reformulação de Projeto Político Pedagógico do curso, desta vez abarcando os desafios de uma Licenciatura Intercultural Indígena. Também passei a compor, no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação, a Comissão de Elaboração do PPI/UFSC (Portaria 336/2016/PROGRAD) que visa elaborar um Projeto Pedagógico Institucional de acordo com as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível Superior e para Formação Continuada.

Embora muito desafiadora, a experiência junto à Licenciatura Intercultural Indígena tem sido muito rica, calcada em esforços de ambas as partes (estudantes indígenas e instituição) para um diálogo intercultural, com a articulação de conhecimentos indígenas e acadêmicos. Quem vê o ritmo aparentemente lento das aulas não imagina a efervescência de ideias que por ali ocorre. Por um lado, os acadêmicos indígenas trazem para a sala de aula conhecimentos que somente com muito esforço gerações de antropólogos vinham pesquisando e muito tenuamente reconhecendo e que agora são discutidos em sala como se fossem óbvios. Por outro lado, trazem também formas alternativas (por vezes, desestabilizadoras) de tratar o ensino e a aprendizagem, que nos fazem repensar o próprio modelo da Universidade.

Ensino na pós-graduação

Ingressei na UFSC no mesmo ano em que teve início a primeira turma de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Era uma fase de entusiasmo para o colegiado do programa que, com isso, consolidava um projeto de pós-graduação que se iniciara em 1985, com a criação do PPGAS, senão antes, em 1979, com a criação do Mestrado em Ciências Sociais (com habilitação em Antropologia). Naqueles primeiros anos, limitei minha participação à disciplina de Antropologia Cultural (1999.2, 2000.1), que era voltada para alunos do PPGAS que vieram de outra formação acadêmica ou de outros Programas de Pós-Graduação.

A partir de 2001, comecei a assumir orientações e passei a lecionar a disciplina obrigatória História da Antropologia (2001.1, 2003.1, 2004.1, 2009.2). Também na pós-graduação ministrei Antropologia da Educação inicialmente como tópicos especiais (2002.1, 2005.2) e, posteriormente, consegui inclui-la no rol de disciplinas optativas (ANT 3180000) que ofereci em 2012.1, 2015.2 e, atualmente, em 2016.2. O mesmo intento fazer com a disciplina Antropologia da Criança, ainda oferecida como Tópico Especial (2008.2, 2010.2 e 2012.1). Também lecionei Etnologia Indígena (2006.2, 2011.2), Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia I (2012.1, 2013.1) e Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia II (2012.1, 2014.1). Graças a um projeto PROCAD envolvendo os PPGAS

da UFSC, UFRN e UFAM, ministrei de forma concentrada a disciplina Antropologia da Criança na UFAM, Manaus, em 2011.1.

No colegiado do PPGAS, fiz parte da Comissão de Ensino (2006-2007) e da Comissão de Gestão (2011-2014). Fui coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em 2011-2012, por um período de um ano, época em que foi aprovado o atual Regimento Interno do PPGAS e foram elaboradas as atuais Normas para credenciamento/recredenciamento de professores no PPGAS.

Foi um período intenso de aprendizagem sobre o contexto da pós-graduação em Antropologia no Brasil, sobre a política nacional de pós-graduação e o sistema de avaliação da CAPES. Nos anos subsequentes pude colaborar com a pós-graduação em Antropologia em nível nacional, através do convite da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES para realizar visita de acompanhamento ao PPGAS da Universidade Federal do Amazonas, em 2012, para compor a Comissão de Avaliação Trienal da área, em 2013 e, atualmente, para participar da Comissão de Avaliação Qualis Livros.

Entre 2012 e 2014 fui a coordenadora na UFSC de um projeto Casadinho/PROCAD proposto pelo PPGAS/UFG e envolvendo o PPGAS/UFSC e o PPGAS/UFRGS, através do qual realizamos seminários e intercâmbios de docentes e alunos.

Em 2015 iniciei participação no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, ministrando a disciplina Gênero, Raça e Diversidade no Cotidiano Escolar (2015.2) e, atualmente, orientando dois trabalhos de conclusão de curso.

Orientação

Nos meus trabalhos sobre processos de aprendizagem utilizo uma abordagem atenta para a centralidade das iniciativas dos aprendizes e da participação em comunidades de prática (LAVE & WENGER 1991). Não poderia ser diferente ao apresentar minha trajetória como professora, orientadora e coordenadora de grupos de pesquisa e extensão. Foram as alunas e alunos de todas essas turmas acima enunciadas que me tornaram a professora que sou hoje, assim como foram as orientandas e orientandos, com seus interesses e trajetórias, que foram orientando os rumos dos projetos em equipe que apresento abaixo.

Entendo que o processo de escolha de orientação reflete muito do que revelamos na sala de aula enquanto projetos em andamento ou ainda latentes, os quais ganham vida e rumo conforme despertam interesse de alunos e alunas. Entendo também que, num primeiro momento, esses rumos têm a ver com a constelação de colegas de Departamento e suas respectivas áreas de pesquisa, que oferecem um leque de escolhas para os estudantes. Foi assim que, num grupo com grande número de colegas trabalhando com etnologia indígena,

a parte que me coube explorar foi aquela que me era mais específica e que acabei articulando numa linha de pesquisa inicialmente intitulada Educação e Infância Indígena e, posteriormente, Diversidade, Educação e Infância, desenvolvidas no Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI).

Nas minhas primeiras disciplinas optativas e de Introdução à Antropologia estavam algumas alunas que se tornaram amigas queridas e orientandas em pesquisas de graduação, mestrado ou doutorado: Melissa Oliveira, Camila Codonho, Clarissa Melo, Hanna Limulja, Izabel Gobbi. O interesse dessas alunas por educação e infância indígena foi um estímulo para o desenvolvimento de projetos nessa área, especialmente no campo da Antropologia da Criança que, então, dava seus primeiros passos.

Agradeço a confiança que me depositaram as/os primeiras/os orientandas/os, com os quais me tornei orientadora em vários níveis: de graduação, com Melissa Santana de Oliveira, em 2000; de mestrado, com Ana Cristina Vieira, em 2001; de doutorado, com Ari José Sartori, em 2005 e como supervisora de pós-doutorado, com Beleni Saléte Grandó, em 2010. Com Dina Mazariegos, em 2007, iniciei a orientação de estudantes estrangeiras/os e/ou indígenas, que pude prosseguir graças aos Programas FORD e PEC_PG e às ações afirmativas do PPGAS.

Minha experiência de orientação tem me exigido um exercício constante de desapego e desprendimento pois, em virtude do estreito campo de trabalho na ilha de Santa Catarina, orientandas e orientandos seguem seus rumos em outras instituições depois de terminadas as pesquisas. Assumiram novos postos no Ensino Superior depois de terminarem pesquisas com minha orientação ou supervisão: Beleni Saléte Grandó (UFMT), Ari José Sartori e Valéria Esteves do Nascimento Barros (UFFS), Marcos Alexandre Albuquerque (UERJ), José Nilton de Almeida (UFRPE), Suzana Cavalheiro de Jesus (UNIPAMPA). Tenho orientado pesquisas e extensão nas áreas da Etnologia Indígena, Antropologia da Criança, Antropologia da Educação, Educação Indígena, Ensino Superior, Ensino de Antropologia, que listo abaixo.

Orientação de Monografia de Curso de Graduação:

2001. Melissa Santana Oliveira. Reflexo das Águas Cristalinas: a educação escolar na aldeia Guarani Mbiguaçu/SC. 2001. Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2003. Izabel Gobbi. A temática Indígena na Educação Infantil. Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2003. Eliana dos Santos Silva. Estudando Fora da Aldeia: a experiência de quatro estudantes Xokleng na Escola Técnica Agrícola de Rio do Sul. Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2004. Camila Guedes Codonho. Povos Indígenas do Uaça, da aculturação à (re)construção de identidades: revisão bibliográfica da literatura antropológica (1990-2004). Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2004. Priscila Lignières Ludovico da Silva. Seu Futuro Depende de Você: Estude! Monografia sobre os alunos universitários das Terras Indígenas Chimbangue e Xaçepó. Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2005. Hanna Limulja. Crianças Índias Kaingang e Crianças não-índias dentro de um contexto escolar diferenciado. Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2006. Rafael Baró. Uma viagem ao encontro de crianças no interior da América do Sul: Investigando a diversidade do universo infantil. Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2008. Viviane Coneglian Carrilho de Vasconcelos. Tempo Historicizado e Tempo Guarani: um contraponto. Graduação em História/UFSC.

2009. Aires Carmem Mariga. Uma aproximação fotoetnográfica às brincadeiras das crianças Guarani de Imaruí. Graduação em Ciências Sociais/UFSC.

2015. Gabriela Solange Sagaz. Ser cotista na UFSC: um novo campo de possibilidades em um campus de poder. Graduação em Antropologia/UFSC.

2015. Marcondes Namblá. A Infância Laklãnõ: Ensaio Preliminar. Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena/UFSC.

2015. Raiane Benites Samaniego. A Juventude Guarani do Espírito Santo: Quem sou Eu?. Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena/UFSC.

Lucas Vezzani. Campos de possibilidades e projetos entre estudantes indígenas Xokleng da Universidade Federal de Santa Catarina: ingresso e permanência entre egressos por vagas suplementares. Projeto. Graduação em Ciências Sociais/UFSC. Em andamento.

Adônis Santin. Diversidade racial e sócio-econômica na UFSC a partir da Política de Ações Afirmativas. Projeto. Graduação em Ciências Sociais/UFSC. Em andamento.

Orientação de Iniciação Científica:

2005/2006. Camila Guedes Codonho. Cosmologia e Mitologia Galibi-Marworno. Ciências Sociais/UFSC. Bolsa PIBIC.

2008/2009. Elis Nascimento. Pequenas hidrelétricas e suas conseqüências sociais em Santa Catarina. Ciências Sociais/UFSC. Bolsa PIBIC.

2009/2010 e 2010/2011. Luisa Bonetti Scirea. Educação e Infância Indígena II. Ciências Sociais/UFSC. Bolsa PIBIC.

2010/2011. Fernando Augusto Groh de Castro Moura. Memória, Sociabilidade e Educação entre a população Galibi-Marworno. Ciências Sociais/UFSC. Bolsa PIBIC.

2011/2012. Luciana Landgraf Castelo Branco. Memória, Sociabilidade e Educação entre a população Galibi-Marworno. Ciências Sociais/UFSC. Bolsa PIBIC.

2012/2013 e 2013/2014. João Carlos Correa Neto. Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Nativos: um diálogo em rede. Antropologia/UFSC. Bolsa PIBIC.

2014/2015. Juliana Mesquita Zikán França. Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Indígenas e vice-versa. Museologia/UFSC. Iniciação Científica vinculada a projeto CNPq 480490/2013-9.

2015/2016. João Carlos Correa Neto. Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Indígenas e vice-versa. Ciências Sociais/UFSC. Iniciação Científica vinculada a projeto CNPq 480490/2013-9.

2016 (em andamento). Paloma Stein Siqueira. Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Indígenas e vice-versa. Ciências Sociais/UFSC. Iniciação Científica vinculada a projeto CNPq 480490/2013-9.

2016/2017 (em andamento). Mariana Ribeiro dos Santos. A mãe do corpo: aprendizagem, conhecimento e afinidade entre populações indígenas. Antropologia/UFSC. Bolsa PIBIC.

Orientação de Atividade de Extensão:

2002. Ana Cristina Marcelino, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (DAEX) do projeto Antropologia e Cidadania.

2002. Izabel Gobbi, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (DAEX) do projeto Convivendo com a Diversidade Cultural.

2008/2009. Marliese Vicenzi, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (DAEX) do projeto Articulando Saberes: possibilidades de diálogos na escola indígena Itaty de Morro dos Cavalos.

2009. Natália de Oliveira de Lima, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (DAEX). Levantamento de cursos de Licenciaturas Indígenas em Andamento no Brasil no ano de 2009.

2009-2010. Marina Reche Felipe, graduação em Ciências Sociais, bolsa estágio. Projeto “As Limitações dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA): um estudo de caso”.

2009 – 2010. Ayrton de Magalhães, graduação em Ciências Sociais, bolsa permanência. Projeto de organização do Acervo de Sílvio Coelho dos Santos.

2009 – 2010. Marina Sena, graduação em Ciências Sociais, bolsa permanência. Projeto de organização do Acervo de Sílvio Coelho dos Santos.

2009 – 2010. Jean Lago, graduação em Ciências Sociais, bolsa permanência. Projeto de Organização do Acervo de Sílvio Coelho dos Santos.

2012. Thiago Arruda Ribeiro dos Santos, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (PROEXT) do Programa Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior.

2012. Julia Faraco, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (PROEXT) do Projeto Oficinas em Escolas Indígenas de Santa Catarina.

2012. Marcelo Finatelli, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (PROEXT) do Projeto Oficinas em Escolas Indígenas de Santa Catarina.

2013. Luis Antonio de Souza, graduação em Serviço Social, bolsista de extensão (PROEXT) do Projeto Observatório das Ações Afirmativas.

2013/2014. Lucas Vezzani, graduação em Ciências Sociais, bolsista de extensão (PROEXT) do Projeto Observatório das Ações Afirmativas.

2013/2014. Gabriela Solange Sagaz, graduação em Antropologia, bolsista de extensão (PROEXT) do Projeto Observatório das Ações Afirmativas.

2016. Italo Rodrigo Mongconãnn Reis, graduação em Cinema. Projeto de Série Televisiva: Povos Originários Catarinenses, Edital Bolsa Cultura/UFSC.

Orientação de Dissertação de Mestrado:

2001. Ana Cristina Vieira. Chás, doses e fé: um estudo antropológico dos sistemas de saúde da Ilha de Santa Catarina na primeira metade do século XX. PPGAS/UFSC.

2003. Valéria Esteves do Nascimento Barros. Da Casa de Rezas à Igreja Pentecostal: um estudo da conversão entre os Guarani de Laranjinha. PPGAS/UFSC.
2004. Melissa Santana de Oliveira. Kýringué i Kuery Guarani: infância, educação e religião entre os Guarani de M'Biguaçu. PPGAS/UFSC.
2004. Rosalina Franco Cañete. Aprendendo a "trancar" e "destrancar" waxok na escola indígena Enxet de Yakye-Axa/Paraguai. PPGAS/UFSC.
2006. Izabel Gobbi. A Temática Indígena e a Diversidade Cultural nos Livros Didáticos de História: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFSCAR. Co-orientadora.
2007. Camila Guedes Codonho. Aprendendo entre pares: a transmissão horizontal de saberes entre as crianças indígenas Galibi-Marworno. PPGAS/UFSC.
2007. Hanna Cibele Lins Limulja. Uma Etnografia da Escola Indígena Fen'Nó à luz da noção de corpo e da fala das crianças indígenas. PPGAS/UFSC.
2008. Clarissa Rocha de Melo. Corpos que Falam em Silêncio: Escola, Corpo e Tempo entre os Guarani. PPGAS/UFSC.
2010. Dina Susana Mazariegos García. Trajetória e resistência: uma análise antropológica das emergentes práticas discursivas das mulheres intelectuais maias da Guatemala. PPGAS/UFSC.
2011. Viviane Coneglian Carrilho de Vasconcelos. Tramando redes: Parentesco e Circulação de Crianças Guarani no Litoral de Santa Catarina. PPGAS/UFSC.
2012. Éliton Clayton Rufino Seára. Movimentos e Diálogos Interculturais: um estudo da dança Tchondaro dos Guarani da aldeia M'Biguaçu. PPGE/UFSC. Co-orientadora.
2015. Denize Refatti. Os sonhos e os caminhos do nhe'e: Uma etnografia da experiência onírica como fonte de conhecimento entre os Ava-Guarani de Ocoy. PPGAS/UFSC.
2016. Helder Pires Amâncio. Da casa à escola e vice-versa: experiências de início escolar na perspectiva de crianças em Maputo. Mestrado em Antropologia Social. PPGAS/UFSC.
- Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazi. A formação dos kujá, benzedeiros e remedieiros: a espiritualidade nas práticas de cura kaingang. PPGAS/UFSC. Ano de ingresso: 2015, em andamento.
- Daniel Gordillo Sánchez. Representações indígenas nos livros didáticos. PPGAS/UFSC. Ano de ingresso: 2016, em andamento.

Gabriela Sagaz. O que as/os estudantes cotistas têm a ensinar para suas/seus professoras/os e a Universidade? PPGAS/UFSC. Ano de ingresso: 2016, em andamento.

Orientação de Tese de Doutorado:

2010. Ari José Sartori. A "experiência" como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo. PPGAS/UFSC.

2011. Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque. O Regime Imagético Pankararu: Tradução Intercultural na Cidade de São Paulo. PPGAS/UFSC.

2014. Clarissa Rocha de Melo. Da Universidade à Casa de Rezas Guarani e Vice-versa: reflexões sobre a presença indígena no Ensino Superior a partir da experiência dos guarani na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. PPGAS/UFSC.

2014. Emilene Leite de Souza. Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância. PPGAS/UFSC.

2015. Suzana Cavalheiro de Jesus. Pessoas na medida: processos de circulação de saberes sobre o nhande reko guarani na região das missões. PPGAS/UFSC.

2016. Melissa Santana de Oliveira. Transformações da Casa e dos processos de produção de pessoas e conhecimentos entre os Tukano Hausirõ e Ñahuri porã, do médio Rio Tiquié, Noroeste Amazônico. PPGAS/UFSC.

Alexander Cordovés. Caminantes y caminos que se hacen al andar. Trajetórias de professores de ensino secundário em Cuba. PPGAS/UFSC. Ano de ingresso: 2013, em andamento.

Diógenes Egídio Cariaga. Modos de criatividade e regimes de reciprocidade entre os Kaiowa em Mato Grosso do Sul. PPGAS/UFSC. Ano de ingresso: 2014, em andamento.

Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro. A Construção do Saber entre as Crianças Calon: uma etnografia sobre a educação e processos de aprendizagem cigana na Paraíba. PPGAS/UFSC. Ano de ingresso: 2015, em andamento.

Rosilene Fonseca PPGAS/UFSC. Cuidados na formação de gente: habilidades e saberes importantes para viver no alto rio Negro. Ano de ingresso: 2016, em andamento.

Hélder Pires Amâncio. O Ensino da Antropologia em Moçambique: Desafios e Perspectivas na Formação de Antropólogos. Ano de ingresso: 2016, em andamento.

Supervisão de Pós-Doutorado:

2011. Beleni Saléte Grando. Infância e Educação Indígena: contribuições para a compreensão das práticas corporais. PPGAS/UFSC.

2011. Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque. Acervos Antropológicos: Da Interculturalidade dos Museus à Dialogia dos Hipertextos. PPGAS/UFSC.

2012. José Nilton de Almeida. Cartografia das ações afirmativas na UFSC. PPGAS/UFSC.

2013. José Nilton de Almeida. Ações afirmativas em face de novas reconfigurações na UFSC. PPGAS/UFSC.

Rogério Correio da Silva. Infância e educação das crianças indígenas nas pesquisas na Antropologia e na Educação. PPGAS/UFSC. Em andamento: agosto/2016 a julho/2017.

Administração e Iniciativas de Inclusão

O Departamento de Antropologia da UFSC tem por princípio fazer circular a carga administrativa entre todo o corpo docente. Embora não tenha especial penhor para as atividades administrativas, exerci a sub-chefia do Departamento de Antropologia em 2002/2003 (portaria 0135/GR/2002) e a chefia de 2006 a 2008 (portaria 297/GR/2006). Também fui coordenadora de Extensão por duas vezes, em 2001/2002 (portaria 042/CFH/2001) e em 2013/2014 (portaria 146/CFH/2013) e coordenadora de Pesquisa (portaria 060/CFH/2009).

Em relação ao ambiente universitário, venho me dedicando a algumas iniciativas de inclusão no Ensino Superior, onde encontrei um espaço de grande realização e parceria, especialmente com Marcelo Tragtenberg e os/as colegas da Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, que integro desde 2008 (portaria 143/GR/2008), ano de início do referido programa na UFSC. Com as mudanças decorrentes da Lei de Cotas de 2012, refleti sobre seu impacto na UFSC⁶ e integrei o Grupo de Trabalho destinado a definir a composição e a regulamentação do Comitê de Acompanhamento das Ações Afirmativas da UFSC (portaria 502/2014/GR) e o Grupo de Trabalho que formulou a composição da atual Secretaria de Ações Afirmativas.

Estas atividades visando à inclusão de indígenas nos cursos regulares de Graduação tem ocorrido em paralelo àquelas já mencionadas relativas à proposição de um curso específico

⁶ TASSINARI, A.M.I.: A nova Lei de Cotas: um problema para a inclusão de negros e indígenas na UFSC. <https://nepieduca.wordpress.com/2012/09/07/a-nova-lei-de-cotas-um-problema-para-a-inclusao-de-negros-e-indigenas-na-ufsc/>
TASSINARI, A.M.I.; TRAGTENBERG, M.H.R.: O Haiti é ou não é aqui? A Lei de Cotas e a inclusão étnico-racial na UFSC. <https://nepieduca.wordpress.com/2012/09/24/o-haiti-e-ou-nao-e-aqui-a-lei-de-cotas-e-a-inclusao-etnico-racial-na-ufsc/>

de Licenciatura Indígena. Na interface entre graduação e pós-graduação, fui designada, em 2010, para coordenar as atividades dos bolsistas REUNI do PPGAS (Portaria 014/PPGAS/2010) junto à graduação, atividade que vinha realizando desde 2009 e que mobilizei para o acompanhamento das ações afirmativas. Em 2011, o trabalho foi formalizado no *Projeto Nenhum a Menos*, desenvolvido com a parceria de Miriam Grossi (então coordenadora do PPGAS) e José Nilton Almeida (em estágio pós-doutoral)⁷. Pensávamos na importância de elaborar um banco de histórias de vida/trajetórias escolares de estudantes indígenas, negros/as, de escolas públicas ou ingressos/as com nome social, e analisar comparativamente os impactos do sistema de ações afirmativas nos seis cursos de graduação onde são ministradas disciplinas de antropologia: Antropologia, Ciências Sociais, Medicina, Museologia, Psicologia e Serviço Social.

Este projeto foi semente do *Observatório das Ações Afirmativas*, que depois desenvolvemos no âmbito dos Programas de Extensão PROEXT. Destaco aqui a parceria com Edviges Ioris e Marcelo Tragtenberg, com os quais dividi a coordenação de três Programas financiados pelo PROEXT/MEC de 2012 a 2015⁸, através dos quais coordenamos e realizamos várias atividades (Oficinas em escolas indígenas e quilombolas de Santa Catarina, Oficinas em escolas públicas de Florianópolis e entorno, Observatório e Banco de Dados das Ações Afirmativas da UFSC, entre outras), realizamos seminários de balanço e discussão das Ações Afirmativas e orientamos vários bolsistas de extensão. Essa experiência gerou algumas publicações⁹ e dois bolsistas de extensão desenvolveram pesquisas de graduação e mestrado em andamento sob minha orientação¹⁰. É um exemplo claro do potencial de contribuição social que pode ter a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

⁷ “Nenhum a menos”: uma contribuição antropológica à compreensão dos fenômenos de evasão estudantil e do não preenchimento do total de vagas na UFSC. Projeto Institucional de Atividades de Bolsas REUNI. 2011.

⁸ Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior. Edital PROEXT/MEC/2011. Coordenação de Antonella Tassinari. Desenvolvido durante o ano de 2012. Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior de Santa Catarina. Edital PROEXT/MEC/2013. Coordenação de Marcelo Tragtenberg. Desenvolvido durante o ano de 2013.

Indígenas e Negros no Ensino Superior e em Acervos Virtuais. Edital PROEXT/MEC/2014. Coordenação de Edviges Ioris. Desenvolvido durante os anos de 2014 e 2015.

⁹ TASSINARI, A.M.I.; IORIS, E.M. ; ALMEIDA, J.N. DE ; JESUS, S.C. DE : A presença de estudantes indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama a partir do Programa de Ações Afirmativas - PAA/UFSC.. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 3, p. 212-236, 2013.

TRAGTENBERG, M.H.R. ; BOING, A.C. ; BOING, A.F. ; TASSINARI, A. M. I. : Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011). In: Santos, Jocélio Teles dos (Org.). *O Impacto das Cotas nas Universidades Brasileiras (2004-2012)*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2013, p. 203-240.

¹⁰ Gabriela Sagaz. *Ser cotista na UFSC: um novo campo de possibilidades em um campus de poder*. TCC em Antropologia/UFSC, 2015.

Através destas atividades do PROEXT pudemos colaborar para uma avaliação qualitativa das Políticas de Ações Afirmativas na UFSC e contribuir para o aumento do preenchimento das vagas suplementares destinadas para indígenas. Em 2012, apresentamos ao CUn o *Relatório de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas/UFSC: vagas suplementares destinadas a indígenas* (elaborado no NEPI por mim, Edviges Ioris, José Nilton Almeida e Suzana Cavaleiro de Jesus), para a avaliação dos cinco primeiros anos do Programa de Ações Afirmativas/UFSC.

Destaco dois seminários que organizei com Edviges Ioris e José Nilton Almeida: o *Seminário Educação Superior Indígena: Desafios para UFSC*, ocorrido em 31/10/2011, visando construir um fórum de discussão sobre as barreiras, desafios e possibilidades de uma efetiva inclusão de estudantes, acadêmicos e saberes indígenas na UFSC; e o *Seminário Universidade e Educação Indígena: Desafios para a Inclusão de qualidade e construção de um espaço intercultural de produção e troca de saberes*, que reuniu, entre 10 e 11/12/2012, colegas da UFPR, UFG, UFAM, UFRGS, UPN-México para apresentação de experiências e discussões com a administração da UFSC e lideranças indígenas.

Como fruto dessas discussões, em colaboração com Edviges Ioris, Maria Dorothea Post Darella e Raquel Mombelli, temos apresentado às instâncias administrativas da UFSC as reivindicações de indígenas e quilombolas por um processo seletivo diferenciado. Neste ano de 2016 participamos de Grupo de Trabalho (portaria 001/SAAD/2016) destinado a elaborar proposta de processo seletivo específico para ingresso nas vagas suplementares para indígenas e quilombolas. Apesar dos esforços, tem sido bastante difícil ajustar nossas proposições com as soluções administrativas encontradas para realiza-las.

No PPGAS, participei com Edviges Ioris e Miriam Grossi da Comissão Especial de Seleção de Candidatos Indígenas aos Cursos de Mestrado e Doutorado PPGAS (portaria 024/PPGAS/2013), que gerou a atual política de ações afirmativas do programa, com vagas para estudantes indígenas e negros/as. É uma experiência pioneira¹¹, que certamente terá impacto renovador e criativo nas formas de ensinar Antropologia e nas discussões desenvolvidas nos trabalhos de mestrado e doutorado.

Lucas Vezzani. Campos de possibilidades e projetos entre estudantes indígenas Xokleng da Universidade Federal de Santa Catarina: ingresso e permanência entre egressos por vagas suplementares. Projeto de TCC em Ciências Sociais/UFSC. Em andamento.

Gabriela Sagaz. O que as/os estudantes cotistas têm a ensinar para suas/seus professoras/os e a Universidade? Mestrado PPGAS/UFSC em andamento.

¹¹ Apresentei essa experiência no *Seminário Ações afirmativas no PPGAS/UFRGS: diálogos com experiências de inclusão e permanência de estudantes indígenas, negros e pessoas com deficiência na universidade brasileira*, realizado em Porto Alegre em 9 e 10/11/2015.

Associação Científica e Comissões Editoriais

Tenho colaborado com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) há vários anos, em comissões, representações, diretoria e conselho científico.

Em 2001, na gestão de Ruben Oliven, fui indicada representante suplente da ABA na Comissão de Análise de Projetos na Área de Educação Escolar Indígena do MEC. Fazendo parceria com Isabelle Vidal Gianini, pude acompanhar algumas reuniões da Comissão e passei a receber do MEC as publicações geradas pelos projetos analisados na Comissão. Atualmente, compõem um Acervo de Livros Didáticos de Escolas Indígenas no NEPI, disponível para consultas: <http://nepi.ufsc.br/acervo-2/livros-didaticos-indigenas/>.

Integrei a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) durante a gestão de Gustavo Lins Ribeiro (2003-2004), a Comissão do Ensino e Ofício do Antropólogo na gestão de Bela Feldman-Bianco (2008-2010) e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia na gestão de Carmen Rial (2013-2014), quando também fui representante suplente da ABA na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), sendo Antonio Carlos de Souza Lima o titular.

Particpei da Diretoria como Secretária Adjunta da Associação durante a Gestão de Miriam Grossi (2004-2006), época em que a secretaria da ABA funcionou na UFSC. Na ocasião, tivemos que reformular o Estatuto da Associação, para adequá-lo ao que estipulava o Novo Código Civil (Lei 10.406 de 2002) para o funcionamento de associações. Identifiquei-me sobretudo aos projetos da nossa gestão voltados ao ensino de Antropologia, como desenvolvo no terceiro item.

Na RBA realizada em 2008, em Porto Seguro/BA, fui eleita para compor o Conselho Científico da Associação, no período de 2008 a 2012.

Quanto à participação em periódicos científicos, integro desde 2005 o Conselho Editorial da Revista Tellus (UCDB) e desde seu lançamento, em 2007, a Equipe Editorial da Revista Espaço Ameríndio (UFRGS). Ambas tem um perfil voltado para a divulgação de pesquisas sobre populações indígenas das Américas e mantêm seções exclusivas para trabalhos de autoria indígena: “Escritos Indígenas” na Tellus e “Autores Indígenas” na Espaço Ameríndio.

Tenho atuado como parecerista *ad hoc* de vários periódicos e órgãos de fomento. Em 2015 passei a integrar o Conselho Científico da Revista *Áltera*, recém-criada na UFPB. No mesmo ano, na UFSC, passei a integrar a Comissão Editorial da Revista Ilha de Antropologia, em parceria com Theophilos Rifiotis e Ilka Boaventura Leite.

Do bom das festas às redes virtuais: contribuições à etnologia indígena

Por mais que a Antropologia venha questionando a retórica de autoridade baseada na construção textual de um “estar lá” (GEERTZ 2002), eu não poderia deixar de mencionar a experiência transformadora da viagem ao Oiapoque, em julho de 1990, com Lux Vidal e Dionísio Caripunas. Ao “estar lá”, encontrei uma situação muito distante das imagens que eu havia construído sobre as populações indígenas, principalmente baseadas nos povos de fala Jê. Imagens nutridas não somente pelos objetos e histórias de meus tios durante a infância, mas também pelos constantes exemplos etnográficos trazidos pelas professoras de etnologia da USP (Lux Vidal, Manuela Carneiro da Cunha, Aracy Lopes da Silva, Sylvia Caiuby Novaes eram Jê-ólogas que não fizeram parte do famoso Projeto Harvard Brasil-Central). Pesquisar os Karipuna me exigiu desconstruir alguns pressupostos e sair de uma “zona de conforto” acadêmica, percorrendo temas que não estavam exatamente em alta naquele momento: hibridismos, misturas, redes supra-étnicas.

Apresento a seguir os passos e percalços de uma pesquisa de longo prazo que decorreu desse primeiro encontro. Suponho que minha contribuição para a etnologia indígena se relaciona a uma etnografia minuciosa da região do Baixo Oiapoque e seu impacto sobre os modelos das Guianas (GRUPIONI 2005:44), ao tratamento dado ao tema das festas e rituais como produtores de redes sociais envolvendo populações indígenas e não-indígenas (RAMOS 2010:31), à demonstração da centralidade da infância nas cosmologias e dinâmicas sociais e políticas, à investigação de processos de ensino e aprendizagem nativos, incluindo o reconhecimento da escolarização como estratégia central para o estabelecimento de redes sociais. Se há um fio condutor entre esses vários temas, está ligado aos processos de transmissão da memória.

Misturas e redes: os Karipuna e os modelos das Guianas

Até os anos 1990, os povos indígenas do Oiapoque eram relativamente pouco conhecidos pela literatura etnológica. Os trabalhos de Arnaud (1989) revelavam uma situação complexa, analisada com o viés saudosista da perspectiva da aculturação: populações que perderam importantes traços culturais, como as línguas indígenas ou as práticas xamânicas e adquiriram outros através do contato com populações regionais: o *patois* francês e as práticas católicas dos Karipuna e Galibi-Marworno ou a fé pentecostal dos Palikur. Esta perspectiva também é presente no trabalho de Assis (1981) que analisou a educação escolar Karipuna e Galibi-Marworno como frente ideológica, que veio alterar as antigas formas tradicionais de educação indígena, atrelando esses povos à tutela do Estado Nacional.

No início dos anos 1980, levantamentos etnográficos e históricos realizados por Dominique Gallois (CEDI 1983) apontaram a necessidade do desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas sobre esses povos, considerando analiticamente de forma positiva sua longa história de intercâmbios inter-étnicos e com populações regionais não-indígenas. A partir dos anos 1990, Lux Vidal começa a pesquisar a região e a orientar uma equipe de pesquisadores a desenvolver trabalhos mais intensivos sobre cada população, considerando suas diferenças como produtos e produtoras do contexto regional do baixo rio Oiapoque (Vidal 1999).

Naquela nossa viagem inaugural, os Karipuna que encontramos nos estimularam a pesquisar os vizinhos Palikur: “somos muito misturados!” – nos disseram, já conhecendo os interesses dos antropólogos – “eles falam a língua indígena, tem clãs, melhor trabalhar com eles”. Agradeço à Lux Vidal pelo estímulo em persistir a pesquisa entre as famílias Karipuna do rio Curipi e em buscar compreender os significados locais dessa “mistura” (conforme Gow 1991), considerando o contato de forma produtiva, no que tange à composição de redes sociais. Agradeço também por ter me apontado o tema da festa, que me levou de volta às aldeias para participar dos Turé, das festas de santos católicos, das assembleias políticas. “Você gosta mesmo de uma festa!”, disseram-me, depois de muitas noites de danças.

Realizei pesquisas de campo com os Karipuna de 1990 a 1993, num total de seis meses, com alguma visitas posteriores, focalizando principalmente os temas das festas, organização social e política, educação escolar, identidade, religiosidade e cosmologia¹². Também pesquisei a história regional, atenta para as missões jesuíticas, para a trajetória do etnônimo Karipuna e para a atuação de agências governamentais e missionárias no século XX¹³.

¹² As pesquisas contaram com auxílio financeiro e bolsas de pesquisa da FAPESP. Processos: 90/3002-0, 91/0949-0, 92/3059-8, 93/1279-3, 93/1585-7, 94/6285-4, 96/7772-1.

¹³ Pesquisas realizadas no Arquivo Público de Belém, na biblioteca da 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, na mesma cidade, e no Instituto de Estudos Brasileiros, em São Paulo.

Resultados destas pesquisas foram apresentados em congressos científicos¹⁴ e publicações¹⁵.

Na tese de doutorado¹⁶, a partir desse levantamento histórico e das redes de relações inter-familiares da população Karipuna, com base na análise de suas festas e ocasiões de encontro, explorei a noção de *construção cultural* como um processo vivenciado nos últimos dois séculos por indivíduos e famílias de procedências distintas que conformaram o atual povo Karipuna. O que chamei naquela ocasião de *construção cultural* procurava dar conta de um processo conjunto de 1) elaboração de fronteiras étnicas e de uma identidade comum

¹⁴ TASSINARI, A. M. I.: Catolicismo e Xamanismo entre os Karipuna do Uaçá. XIX Reunião Brasileira de Antropologia. Niterói. 1994.

TASSINARI, A. M. I.: A região do Uaçá-Oiapoque numa perspectiva histórica. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 1996.

TASSINARI, A. M. I.: O Ciclo Ritual entre os Karipuna do Uaçá. II Encontro de Doutorandos do PPGAS/FFLCH/USP. São Paulo: USP. 1996.

TASSINARI, A. M. I.: Da Civilização à Tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá. XXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 1997.

TASSINARI, A. M. I.: O hálito da Cobra-Grande e as línguas misteriosas dos Karipuna. Seminário Diálogo entre etnólogos e linguístas: uma abordagem das culturas e línguas tupi e caribe. São Paulo: USP. 1998.

TASSINARI, A. M. I.: Karipunas e Brasileiros: a trajetória de dois termos. XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 1998.

TASSINARI, A. M. I.: A Festa do Divino dos índios Karipuna do Amapá. I Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo. Florianópolis. 1999.

TASSINARI, A. M. I.: Xamanismo e Cristianismo entre os índios Karipuna do Amapá/Brasil. XII Congresso Latinoamericano sobre Religião e Etnicidad. Pádua (Itália). 2000.

TASSINARI, A. M. I.: Vereança, Assembleia, Associação, Prefeitura: a trajetória de participação política dos povos indígenas do Oiapoque. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília. 2000.

TASSINARI, A. M. I.: Missões Jesuíticas na Região do Oiapoque. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília. 2000.

¹⁵ TASSINARI, A. M. I.: Com recursos próprios, índios promovem assembleia na região do rio Uaçá, no Amapá. Informe Jurídico da Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, v.16,1991, p.6.

TASSINARI, A. M. I.: A Educação Escolar nas aldeias Karipuna do Uaçá. Boletim da ABA, Florianópolis, n.16, 1993, p. 14.

TASSINARI, A. M. I.: Homologação das Terras e Associação Indígena: a crescente organização dos povos indígenas do Oiapoque. In: Ricardo, Carlos Alberto (Org.). Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996, p. 297-299.

TASSINARI, A. M. I.: É dia de festa no Rio Curipi. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, v. 31, agosto 1998, p. 9 - 12.

TASSINARI, A. M. I.: Catolicismo e Xamanismo entre as famílias karipunas do Rio Curipi. In: Wright, Robin M. (Org.) Transformando os Deuses. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 447-478.

TASSINARI, A. M. I.: Para os amigos de outros mundos. Jornal Porantim - em defesa da causa indígena, Brasília, v. 220, dezembro 1999, p. 7.

TASSINARI, A. M. I.: Os Povos Indígenas do Oiapoque: produção de diferenças em contexto inter-étnico e de políticas públicas. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, v. 39, p. 1-37, 1999.

TASSINARI, A. M. I.: A Festa do Divino Espírito Santo dos Índios Karipuna do Amapá. In: I Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo, 2000, Florianópolis. Anais do I Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. p. 185-199.

TASSINARI, A. M. I.: Missões Jesuíticas na Região do Rio Oiapoque. Antropologia em Primeira Mão, Ilha de Santa Catarina, v. 43, p. 1-12, 2000.

¹⁶ TASSINARI, A.M.I. Contribuição à História e à Etnografia da Região do Baixo Oiapoque: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca". Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. 1998.

por parte de famílias de diversas origens; 2) a construção de um padrão de alianças e de laços de troca e reciprocidade; 3) a produção de um conjunto de referências simbólicas originais em diálogo com a mitologia e a cosmologia regionais, definido localmente como “nosso sistema”. Utilizei a etnografia das festas para descrever esses processos que envolveram famílias e tradições regionais identificadas ou não como indígenas.

Nestes trabalhos, procurei descrever a vida social Karipuna a partir da consolidação de redes mais ou menos inclusivas de troca e ajuda mútua, que articulam as famílias Karipuna com outras famílias da região, incluindo outros grupos étnicos e não-indígenas. As festas, como objeto analisado, revelaram-se momentos de produção e reprodução destas redes, ao articularem, cada festa à sua maneira, segmentos diferentes da alteridade: os *karuãna* no caso do Turé, os santos católicos nas festas de santos, políticos e cidadãos nas festas cívicas.

Ao analisar as genealogias das famílias Karipuna, observei um padrão de alianças que tende a equilibrar uniões exogâmicas extra-étnicas (com outros povos indígena ou com não-índios), para “misturar o sangue”, com uniões endogâmicas (incluindo primos paralelos), para “não espalhar o sangue”. Encontrei um padrão recorrente em meio a escolhas que estavam sendo tratadas pela literatura como fruto de aculturação (ARNAUD 1989). Uma análise da versão Karipuna do mito da Cobra-Grande também revelou que essas escolhas dialogam com cosmologias regionais, pontuando, no caso Karipuna, a importância da alteridade extrema para a constituição da vida social (VIDAL 2007).

Na ocasião, dialoguei com uma literatura sobre a elaboração de fronteiras étnicas (BARTH 1969), sobre invenções de tradições (HOBBSAWN & RANGER 1984), sobre as cosmologias com processos (BARTH 1987, LOPES DA SILVA 1991) e as tradições como processos (TOREN 1988), sobre comunidades imaginadas (ANDERSON 1991) ou construídas simbolicamente (COHEN 1995). Embora esses processos façam parte da história das populações, nem sempre ocorrem de forma atrelada ou concomitante. A análise que apresentei sobre os Karipuna permitiu analisar o desenvolvimento conjunto de processos de identificação étnica, de construção de regras de sociabilidade e de elaborações cosmológicas num período relativamente curto, contribuindo para essa discussão.

O trabalho foi possível graças a um movimento da Antropologia dos anos 1980 de repensar conceitos como “cultura”, “sociedade” e “tradição”, privilegiando aspectos de inovações, fluidez, criatividade, dinâmica e processualidade nas categorizações de “cultura” (BARTH, 1987, 1995, SAHLINS 1990, OBEYESEKERE 1981, WAGNER 1981, ROSALDO 1989). Olhando retrospectivamente, penso que, pela própria carga semântica da palavra “cultura”, ao escolher a expressão *construção cultural* para analisar esse processo, talvez tenha apagado

a originalidade do que estava tentando demonstrar, tirando o foco do movimento, da história e das interações sociais, ou seja, da própria processualidade.

No campo da etnologia brasileira, a pesquisa se beneficiou das contribuições de duas correntes: aquela que atenta para as categorias próprias dos grupos pesquisados, para a compreensão de suas versões da história e do contato (VIVEIROS DE CASTRO E CARNEIRO DA CUNHA, 1993); e aquela que reconhece processos de elaboração destas categorias em contextos extra-locais, envolvendo o Estado e outras populações (OLIVEIRA FILHO 1986). Estavam se iniciando, naquela época, estudos sobre etnogênese indígena, sobretudo entre populações do Nordeste, bem como pesquisas sobre perspectivismo entre populações amazônicas. Considero que essas duas abordagens acabaram se construindo como hegemônicas no campo da etnologia indígena no Brasil, antagônicas e inconciliáveis (VIVEIROS DE CASTRO 1999), tirando o foco de outras possibilidades criativas de análise.

A pesquisa sobre os Karipuna, enfatizando formas locais de definir a “mistura” como um padrão de alianças que envolve o equilíbrio entre casamentos com “pessoas de fora” para “misturar o sangue” e casamentos no interior do grupo local “para não deixar o sangue espalhar” teve um relativo impacto para a reformulação de um modelo sobre a região das Guianas, como aponta Fajardo Grupioni (2005:44). Somada às outras pesquisas sobre populações do Uaçá e das Guianas, produzidas no contexto do projeto Temático *Sociedades indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas*, foi possível repensar o modelo guianês proposto nos anos 1980 por Overing (1983-1984) e Rivière (1984), baseado na autonomia e endogamia de grupos locais e compreendê-lo como uma variável local de um padrão que, analisado temporalmente, revela redes intensas de intercâmbio supra-étnicos, como havia descrito Dreyfus (1993) e Farage (1991) em relação aos séculos anteriores.

Nesse período, além da produção acadêmica, também respondi às demandas locais de assessoria às escolas indígenas, contribuindo para a elaboração da proposta curricular para as escolas indígenas Karipuna e Galibi-Marworno e ministrando cursos de capacitação para professores¹⁷.

¹⁷ I Curso de Capacitação de Professores Indígenas do Oiapoque. 20/08/2000 a 01/09/2000. Consultoria ao Núcleo de Educação Indígena/Secretaria de Estado da Educação/AP. Discussão da Proposta Curricular e Pedagógica para as Escolas Indígenas Karipuna e Galibi-Marworno. 12/07/2001 a 05/08/2001. Consultoria ao Núcleo de Educação Indígena/Secretaria de Estado da Educação/AP. Elaboração do texto final da Proposta Curricular Karipuna e Galibi-Marworno. 2002.

No Bom da Festa

Ao trabalhar a tese sobre a população Karipuna para publicá-la em livro¹⁸, estava atenta para a possibilidade da monografia ser tomada por eles como instrumento de reflexão sobre a própria história e de reivindicações políticas identitárias. A publicação de um livro monográfico a respeito de uma população indígena, por certo impacta nos modos como essa população passa a ser reconhecida perante o Estado e políticas públicas.

Durante toda a pesquisa, uma preciosa orientação de Lux Vidal foi enviar para as aldeias cada relatório de atividades realizadas que, aos poucos, passamos a ver sendo trabalhados nas escolas, especialmente os mais descritivos sobre as festas. Assim, não foi por acaso que, também no livro, evitei uma linguagem especializada e hermética que, por vezes, a etnologia indígena assume. Ao optar por construir um texto acessível, procurei não abrir mão das complexidades dos processos que estavam sendo descritos.

No livro, apontava para seu lugar como parte do processo de *construção cultural* que estava descrevendo (WAGNER 1981): “... *esta etnografia, ela mesma um tipo de ‘construção cultural’: o exercício de compreender e apresentar o que os Karipuna chamam de ‘mistura’ e, em outro contexto, ‘nosso sistema’, nos termos do que chamamos ‘cultura’ seguindo os critérios de nossa disciplina*” (TASSINARI, 2003:26).

Mesmo assim, fiquei surpresa ao ver a repercussão do trabalho como referência constante nos Trabalhos de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá, que tem um campus na cidade de Oiapoque. Essa reflexividade entre pesquisa antropológica e transmissão da memória local passou a ser tema de pesquisas posteriores, como desenvolvo adiante.

Quanto à divulgação do livro, foram realizados lançamentos em São Paulo e Florianópolis, apresentação em congresso e palestras na UFRJ (2003), UFRGS (2003) e *Maison des Sciences de l’Homme* (2005)¹⁹.

¹⁸ TASSINARI, A. M. I.: No Bom da Festa. O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Edusp, 2003. v. 1. 416p.

¹⁹ Ciclo de Palestras de Etnologia Indígena, IFCS/UFRJ: No Bom da Festa: O processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá, 2003.

Palestra proferida na UFRGS: No Bom da Festa: O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. Departamento de Antropologia, 2003.

27ª Reunião Anual da ANPOCS. As Festas Karipuna e a Estruturação das Redes de Troca. Caxambu. 2003.

Palestra proferida no Séminaire d’Anthropologie Américaniste: Rituels Catholiques et Chamaniques chez les Karipuna de l’Amapa, Brésil. Maison des Sciences de l’Homme. Paris (França). 27/05/2005.

Apresento abaixo duas apreciações do livro, que me fizeram sentir muito honrada. Aracy Lopes da Silva, em 2001, escreveu o seguinte parecer à EDUSP para recomendá-lo à publicação:

“Trata-se de uma etnografia original e inovadora quanto à análise que encerra. É formulada a partir de uma visão muito atual da vida social, em que processos e dinâmicas de criação cultural são enfatizados. O livro traz uma contribuição nova para o debate sobre o tema já clássico da construção da identidade étnica, ao mostrar como se articulam experiências históricas e culturais diversas em uma trama plena de sentido e o faz a partir de referências empíricas inéditas. O texto está muito bem construído e é de leitura extremamente agradável. Além disso, pela variedade de temas que aborda, deverá interessar uma ampla gama de leitores (entre eles, não só os etnólogos, mas os interessados em questões rurais, nas relações entre antropologia e histórias, no simbolismo dos rituais, no tema complexo e polêmico do ‘sincretismo’ ou dos ‘hibridismos, nos processos atualmente em curso na Amazônia, nas questões envolvendo ‘fronteiras’, no estudo de ‘família’, na história indígena, etc.). No campo específico da etnologia sul-americana, dialoga com teses muito recentes e comprova a inadequação de dualismos do tipo ‘índios puros’/ ‘índios aculturados’, ‘sociedade indígena’/ ‘sociedade envolvente’, etc. As ideias das identidades multifacetadas e da construção processual da cultura são também muito bem trabalhadas no livro”.

Tive a oportunidade de presentear um exemplar do livro a Claude Lévi-Strauss, num rápido rendez-vous que me concedeu às vésperas de sua viagem de férias de verão de 2005. Mais tarde recebi uma gentil correspondência com suas considerações: *“J’ai lu pendant l’été le livre que vous avez bien voulu m’offrir. No Bom da Festa est un excellent travail, sa méthode m’a paru très sûre. Il est riche d’observations originales.”*

LABORATOIRE D'ANTHROPOLOGIE SOCIALE

16 août 2009

Chère Madame,

J'ai eu pendant l'été le livre
que vous avez bien voulu m'offrir.
No bom da festa est un excellent
travail, sa méthode m'a paru
très sûre, il est riche d'observations
originales.

Je vous en remercie et vous
prie, chère Madame, de croire
à ma très vive sympathie.

Paul de Lévis (Maurin)

Das Festas aos Processos de Transmissão da Memória

Como desdobramento da pesquisa de doutorado, procurei comparar processos de construção cultural ocorridos com outras populações do baixo rio Oiapoque, especialmente os Galibi-Marworno²⁰. A ideia era compreender as especificidades de dois diferentes processos de construção cultural: como populações heterogêneas, que se encontravam na região do baixo rio Oiapoque, num período de aproximadamente dois séculos, compuseram coletivos distintos, seguindo diferentes regras sociais, mas com fluxo de pessoas, passando posteriormente a se identificar como Karipuna e Galibi-Marworno.

Iniciei as pesquisas junto aos Galibi-Marworno em 2001, quando passei um mês na aldeia Kumarumã com Lux Vidal²¹. Procuramos investigar aspectos da memória e organização social deste grupo, levantamos vários dados sobre mitologia e cosmologia e identificamos algumas características do parentesco Galibi-Marworno, envolvendo grupos de “respeito” (interdição sexual e/ou matrimonial) baseados na descendência (localmente definido como *raça*), na co-residência (*hã*) e compadrio²². Em 2006 retornei para Kumarumã para realizar pesquisa de campo com minha então orientanda de mestrado Camila Codonho²³, levantando dados sobre terminologias de parentesco e noções de infância e desenvolvimento infantil.

As pesquisas de campo seguintes, realizadas em 2010, 2013 e 2016 trataram dos temas da transmissão da memória, aprendizagem e infância, apresentados mais adiante. Para sua realização, enfrentei alguns desafios: pela primeira vez utilizei recursos de vídeo para registro e análise e fiz pesquisa diretamente com crianças. Além das pesquisas de campo, realizei dois estágios pós-doutorais em instituições internacionais e uma capacitação em Antropologia Visual, que foram fundamentais para os desenvolvimentos dos trabalhos que produzi posteriormente.

O estágio de pós-doutorado na França, junto à *Equipe de Recherche en Ethnologie Amérindienne* (EREA/CNRS), nos primeiros sete meses de 2005²⁴, teve a supervisão de

²⁰ Cosmologia, História e Parentesco Galibi-Marwono. Projeto de pesquisa registrado no Departamento de Antropologia/UFSC. Período: 2002-2011.

²¹ Pesquisa realizada com auxílio FAPESP.

²² VIDAL, L.; TASSINARI, A.M.I.: De concunhados a irmãos: afinidade e consangüinidade Galibi-Marwono. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia. Gramado. 2002.

TASSINARI, A.M.I.: Organização Social Galibi-Marworno: Memória e Gênero. Encontro Internacional Fazendo Gênero V. Florianópolis. 2002.

TASSINARI, A.M.I.: A Construção de Padrões de Organização Social Karipuna e Galibi-Marworno. V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis. 2003.

²³ Pesquisa realizada no âmbito do projeto: Infância e Educação Indígenas. Edital CNPq 32/2004 / Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Processo 402716/2004-3. Período: 2005-2007.

²⁴ Processos de Construção Cultural na região do vale do rio Uaçá. Pós-doutorado realizado na Equipe de Recherche en Ethnologie Amérindienne. Bolsa CAPES de Pós-doutorado no âmbito do Programa CAPES-COFECUB (Programa de Cooperação acadêmica entre EREA-CNRS,

Gérard Collomb, quem desenvolve pesquisas sobre os Galibi da Guiana Francesa. Foi uma excelente oportunidade para divulgar os resultados da pesquisa de doutorado e para ampliar a base comparativa a respeito das populações do Uaçá, tanto temporal quanto espacialmente. No tempo, através de uma pesquisa histórica a respeito das populações do baixo Oiapoque no século XIX, em arquivos franceses: *Archives des Jésuites de Paris* (em Vanves), *Archives Générales des Missionnaires du Saint Esprit* (em Chevilly Larue), *Centre des Archives d'outre-mer* (em Aix-en-Provence), *Archives Nationales* (em Paris). No espaço, ampliando o escopo bibliográfico para a região das Guianas e da Amazônia em geral, através da participação nas atividades do *Séminaire d'Anthropologie Américaniste*, então dirigido por Jean-Pierre Chaumeil, no *Séminaire d'Anthropologie Générale* que Philippe Descola oferecia no Collège de France, no *Séminaire Anthropologie de la Mémoire* que Carlo Severi ministrava na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*.

A investigação em fontes históricas revelou um quadro surpreendente sobre as relações entre populações indígenas e não-indígenas na região que vai do oeste do rio Oiapoque ao litoral do atual estado do Amapá, nos séculos XVIII e XIX. Informações que vão ao encontro dos dados genealógicos e míticos recolhidos em campo entre os Karipuna de 1990 a 1993 e reforçam a argumentação de minha tese de doutorado sobre o processo de *construção cultural* que as famílias Karipuna vivenciaram ao longo do século XIX. A investigação em fontes missionárias revelou a interação das populações indígenas do Uaçá com a fé católica, principalmente a partir do interesse indígena nas festas e cerimônias cantadas.

Como resultados desse estágio, retomei dados de campo da pesquisa entre os Karipuna para comparar os cantos xamânicos e católicos a partir da perspectiva de “memória ritual” de Carlo Severi (2004)²⁵. Também apresentei uma comparação entre os padrões de organização social Karipuna e Galibi-Marworno que, embora baseados em regras diferentes, permitem intercassamentos e fluxo de pessoal²⁶. Para além dessas apresentações e das publicações subsequentes sobre o tema²⁷, grande parte do material histórico levantado naquela ocasião ainda aguarda ser analisado.

Université Paris VII e NHII/USP: processo 430/03 –Redes de Sociabilidade na Guiana Oriental. História e Etnologia Indígena). Período: dezembro/2004 a julho/2005.

²⁵ TASSINARI, A. M. I.: Les chants catholiques et chamaniques chez les Karipuna de l’Amapa, Brésil. Séminaire dirigé par Carlo Severi. École des Hautes études em Sciences Sociales. Paris (França). 16/05/2005.

²⁶ TASSINARI, A. M. I.: Une comparaison des modèles d’organisation sociale Karipuna et Galibi-Marworno. Palestra apresentada no seminário do EREA/CNRS. Paris (França). 12/04/2005.

²⁷ TASSINARI, A. M. I.: História e Parentesco Galibi-Marworno. In: Colóquio Guiana Ameríndia: Etnologia e História Indígena, 2006, Belém/PA. Anais do Colóquio Guiana Ameríndia: Etnologia e História Indígena. São Paulo/SP: NHII/USP, 2006. p. 14-22

Em 2012, obtive a aprovação de um Projeto de Produtividade em Pesquisa com foco nos processos de transmissão da memória e sua relação com as pesquisas antropológicas²⁸. Neste projeto procuro articular algumas conclusões de trabalhos que venho desenvolvendo sobre processos de aprendizagem e transmissão de conhecimentos e da memória, com uma reflexão sobre o lugar da Antropologia nesses processos.

Tenho perseguido a hipótese que os processos nativos de transmissão de saberes, assim como vem sendo analisado sobre o parentesco e os mitos indígenas da América do Sul, estruturam-se a partir de uma “abertura para o outro” (Lévi-Strauss 1993), no sentido da dependência da exterioridade para a reprodução do mesmo. Com essa característica, a transmissão de saberes deve ocorrer com a inclusão de um elemento exterior ao grupo: saberes outros, outros donos de saberes ou outras formas de transmiti-los. Nesse sentido, tenho procurado compreender como os/as antropólogos/as, sua produção acadêmica, as escolas, as universidades e as políticas públicas de saúde, cultura e educação indígena são atualmente parte dessas redes nativas de transmissão de saberes e estão inevitavelmente inseridas nelas. Foi o pedido de um líder Galibi-Marworno, Romildo, para lhe contar sua história, que me levou a pensar em meu comprometimento com seus processos de transmissão da memória e minha inserção nessas redes de transmissão.

Esta hipótese pressupõe que o recorte relativo à exterioridade a ser inserida nas redes locais de transmissão de saberes é contingencial e relacionado aos contextos sócio-culturais específicos de estabelecimento de identidades e alteridades (conforme Overing 1983-1984), incluindo “outros” relativos às estruturas locais de parentesco (afins mais ou menos distantes), “outros” cosmológicos (mortos, espíritos, animais e, como procuro demonstrar em trabalhos tratados no próximo item, também crianças) ou relativos às redes extra-locais (outros grupos indígenas e populações não-indígenas, organizações governamentais e não-governamentais).

Tendo como foco as populações indígenas do Oiapoque (mais especificamente Karipuna e Galibi-Marworno), venho analisando a relação entre os processos nativos de transmissão de saberes e a organização social desses grupos²⁹ e como têm se articulado com as

TASSINARI, A. M. I.: Organização Social e História Galibi-Marworno. In: XXXII Convegno Internazionale di Americanistica, 2011, Perugia. Quaderni di THULE - Rivista Italiana di Studi Americanistici. Perugia: CSACA Onlus, 2011. v. X. p. 1173-1181.

²⁸ Transmissão de Saberes e Produção da Memória: a Antropologia e os Povos Indígenas do Oiapoque. Projeto de Produtividade CNPq – nível 2. Processo: 310660/2011-4.

²⁹ TASSINARI, A. M. I.: Transmissão de Saberes e Produção da Memória: a Antropologia e os Povos Indígenas do Oiapoque. I Seminário do NEAP/UFG: Goiânia. 2012.

TASSINARI, A. M. I.: D'autres savoirs, d'autres propriétaires de savoirs et d'autres modes de transmission des savoirs. 82o Congrès de l'ACFAS - Association Francophone pour le Savoir. Concordia University. Montréal (Canada). 2014.

pesquisas antropológicas ali realizadas, colocando também a minha produção como possível objeto destas reflexões. Em alguns trabalhos mais recentes, retomo a análise das festas Karipuna para pensar como, através delas, a própria antropóloga foi atraída para as redes locais de reciprocidade, assim como fazem com os santos católicos e os *karuãna* dos pajés³⁰.

Estas questões também estão sendo trabalhadas em outros contextos etnográficos nos projetos de equipe que venho coordenando, envolvendo estudantes e colegas de outras instituições³¹. Nestes projetos mais recentes fica clara a maneira como articulo as áreas da Antropologia que analiso neste memorial: Etnologia Indígena, Antropologia da Educação e Antropologia da Criança.

Também no encontro entre estas três áreas, o Projeto de Produtividade do CNPq atualmente em curso³², objetiva analisar os conhecimentos, técnicas e cuidados relacionados às concepções sobre a *mãe do corpo* entre os Karipuna e Galibi-Marworno, considerando que articulam compreensões sobre fertilidade, desenvolvimento do feto, vida intra-uterina, infância, pessoa e corporalidade. Esses conhecimentos são diferentemente compartilhados por homens e mulheres, por especialistas em puxar barriga, por xamãs e especialistas em fazer *potas*. Tratam-se de dinâmicas de produção da pessoa e de circulação de conhecimentos que envolvem relações com a alteridade e a produção de afinidade com humanos e não-humanos, algumas delas acessadas através de experiências oníricas.

Através desta investigação etnográfica centrada em processos não convencionais de aprendizagem que envolvem sonhos, massagens corporais e a relação com a alteridade, pretendo refletir sobre as especificidades e características dos processos de aprendizagem e teorias de conhecimento entre populações indígenas.

TASSINARI, A. M. I.: Others' knowledge, others' knowledge owners and other ways of knowledge transmission. IX Sesquiannual Conference of the Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA). Gotemburgo (Suécia). 2014.

³⁰ TASSINARI, A. M. I.: Les fêtes chez les Karipuna du Couripi: chanter et danser avec les saints catholiques, les animaux chamaniques et les anthropologues. 33rd International Society for the Sociology of Religion Conference. Comunicação apresentada no Seminário "Éprouver le religieux em milieu autochtone: vers de nouvelles méthodes", organizado por Robert Crépeau. Louvain-la-Neuve, Bélgica, 02-05/07/2015.

TASSINARI, A. M. I.: Des saints, des animaux et des étrangers. Fêtes et rituels chez les karipuna du Curipi (Amapá, Brésil). *Etudes Rurales*, v. 196, p. 73-88, 2015.

³¹ Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Nativos: um diálogo em rede. Projeto de equipe de pesquisa desenvolvido no âmbito do INCT Brasil Plural. Período: 2011 a 2015. Equipe UFSC/UFAM.

Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Indígenas e vice-versa. Edital Universal 14/2013. Processo: 480490/2013-9. Período: dezembro/2013 a dezembro/2016.

³² A mãe do corpo: aprendizagem, conhecimento e afinidade entre populações indígenas. Projeto Produtividade CNPq – nível 2. Processo: 308529/2015-4. Período: fevereiro/2016-janeiro/2019.

Experimentações etnográficas: escrituras em vídeo e blog

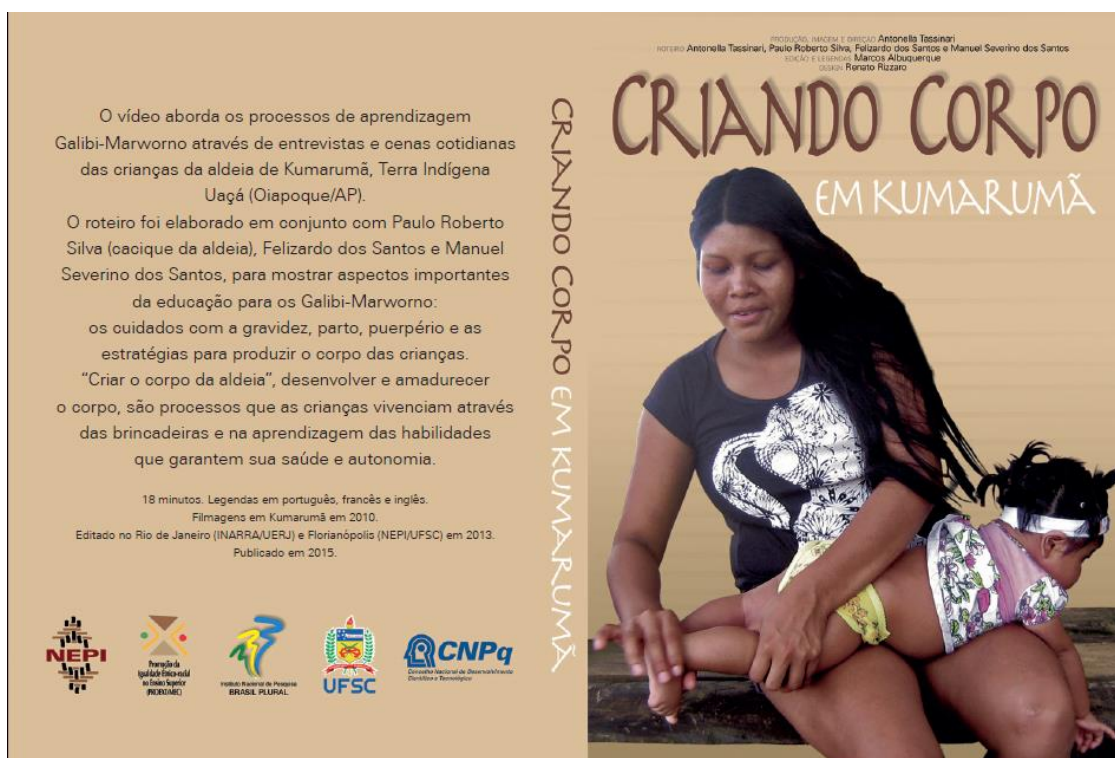
Num último item sobre minhas contribuições no campo da etnologia indígena, também na interface com as investigações sobre infância, aprendizagem e transmissão de conhecimentos, destaco duas experimentações com outras possibilidades de escrita etnográfica. A primeira, em vídeo, diz respeito a uma incursão inicial ao campo da Antropologia Visual, que pretendo ainda ter ocasião de explorar mais. A segunda, em blog, refere-se a uma pesquisa de Estágio Sênior que realizei na Universidade de Montréal, no Canadá, com a supervisão de Robert Crépeau, visando à análise de algumas iniciativas de devolução dos resultados de pesquisa antropológica para as populações pesquisadas por intermédio de recursos de hipermídia (espaços virtuais como portais na internet, blogs, plataformas interativas), com vistas à consolidação do blog *Memórias do Oiapoque*.

O vídeo *Criando Corpo em Kumarumã*³³ é o primeiro fruto de um estágio de capacitação em realização audiovisual que realizei no Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP, dirigido por Sylvia Caiuby Novaes, de agosto a outubro de 2010. O estágio incluiu Oficinas de Roteiro, Captação e Edição, além do acesso e discussão de vídeos etnográficos.

Busquei esta capacitação depois de perceber que a linguagem textual não é suficiente para dar conta dos processos de aprendizagem que eu venho buscando descrever. Defendo que isso decorre da constituição de um modelo implícito de ensino e aprendizagem, baseado nas experiências escolares, que acaba obliterando ou tratando como irrelevantes outros modos de ensinar e aprender. Imaginei que registros de imagens poderiam ser importantes para a análise de processos de aprendizagem em dois sentidos: primeiramente, como fonte de pesquisa, permitindo registrar e posteriormente observar e analisar contextos de aprendizagem na prática. Em segundo lugar, a edição das imagens em vídeos etnográficos poderiam ser escrituras mais eficazes para oferecer um repertório de informações sobre esses processos de ensino e aprendizagem³⁴.

³³ *Criando Corpo em Kumarumã*. Direção e Produção: Antonella Tassinari. Roteiro: Antonella Tassinari, Paulo Roberto Silva, Felizardo dos Santos, Severino dos Santos. Edição: Marcos Alexandre Albuquerque. 18 minutos. 2013.

³⁴ TASSINARI, A.M.I.: L'utilisation de la vidéo dans la recherche sur l'éducation et l'enfance autochtone. Colloque en anthropologie visuelle "Approches et usages de l'image ethnographique". 10/04/2015, Université de Montréal (Canadá).



As imagens foram captadas por mim, em pesquisa de campo realizada em 2010 entre as famílias Galibi-Marworno, em Kumarumã. O roteiro foi elaborado durante a pesquisa, em diálogo com Paulo Roberto Silva, Felizardo dos Santos e Severino dos Santos. A edição foi realizada por Marcos Alexandre Albuquerque, com meu acompanhamento, nas dependências do INARRA, *Grupo de Pesquisa Imagens, Narrativas e Práticas Culturais*, da UERJ. Uma primeira versão do vídeo foi apresentada, em 2013, para as turmas da Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP, para os pesquisadores do Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque e para as famílias dos roteiristas, visando sua aprovação para exibição. Uma vez aprovado, o vídeo foi apresentado e discutido em várias ocasiões, destacando-se a III Jornada Infância e Família (PPGAS/UFRGS, 2014) e a versão legendada em francês “Création du corps a Kumarumã”, exibida no Festival de Filmes Etnográficos: “Images et polyphonie des savoirs”, no Congresso CASCA 2015, na cidade de Québec. E, na mesma cidade, na Universidade de Laval no *Séminaire Anthropologie Visuelle* ministrado por Frédéric Laugrand.

A segunda experimentação de escritura etnográfica foi iniciada em 2013 e explorada no âmbito do mencionado Estágio Sênior, entre outubro de 2014 e setembro de 2015 no Departamento de Antropologia da Universidade de Montréal. A partir de uma proposta de devolução dos dados da minha pesquisa para as populações indígenas do Oiapoque através de recursos e hipermídia, acabei chegando à construção do blog *Memórias do Oiapoque*³⁵ e à

³⁵ Disponível em: www.memoriasoiapoque.wordpress.com

proposta de refletir sobre os potenciais de uma *etnobiografia*, ou seja, uma experiência de escrita etnográfica na forma de hipertexto (CLÉMENT 1995).

A ideia surgiu em 2010, da demanda de alunos da Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP por meu material de pesquisa que, apesar de sucessivas doações para as aldeias e Museu Kuahí, não lhes eram acessíveis. Como projeto piloto, propus a Marcos Alexandre Albuquerque desenvolver paralelamente uma proposta semelhante como pesquisa de pós-doutorado, disponibilizando o material de pesquisa de Silvio Coelho dos Santos para a turma da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC. Albuquerque (2012) realizou um interessante trabalho de pesquisa sobre a disponibilização de acervos antropológicos em hipermídia, considerando o potencial dialógico possibilitado pelo ambiente virtual, que gerou a proposta do AVISC (Acervo Virtual Sílvio Coelho dos Santos).

Seguindo o modelo do AVISC proposto por Rafael Devos como *concept proof*, elaborei a primeira versão do blog *Memórias do Oiapoque* usando as mesmas plataformas gratuitas para armazenagem (Flickr) e disponibilização de imagens (wordpress). A proposta foi apresentada para aprovação em Oiapoque, em 2013, juntamente com o vídeo. Foi contrastante a maneira como o vídeo foi acolhido com entusiasmo e aprovado com pequenas ressalvas e o blog foi tratado com muita desconfiança, e recusado até que pudessem melhor entendê-lo.

A estadia no Québec proporcionou o diálogo com experiências semelhantes em curso na Universidade de Montréal (*Cyber Point de Vue*) e na Universidade de Laval (*Atikamekw Kinokewin*³⁶ e *Igalak*) e com outras experiências apresentadas durante o Congresso CASCA 2015, no grupo de trabalho *Stratégies de retour des données de recherche : transmission de la mémoire et dialogue interculturel*, organizada por mim e por Robert Crépeau. O cotejamento destas contribuições (que permitiram refletir sobre as possibilidades de diálogo intercultural e transmissão da memória através de hipermídia), com as análises desenvolvidas sobre os processos próprios de transmissão e produção da memória junto a populações ameríndias (que privilegiam e utilizam a alteridade nesses processos), permitiram pensar nas possibilidades e desafios para a construção do blog.

Compreendi que o que estava em questão eram formas diferentes de tratar a memória, a própria natureza do que eu buscava lhes devolver, de forma desconectada e impessoal, como “dados de pesquisa” (fotografias, mapas, genealogias), desconsiderando os vínculos que os possibilitaram. Comparando com a aceitação positiva de outras produções em forma de escrituras textuais (relatórios e livro) ou audiovisuais (vídeo), reelaborei a

³⁶ Disponível em: www.atikamekwkinokewin.org

proposta do blog enquanto uma forma de escritura etnográfica em hipermídia, que chamei de *etnoblogografia*.

O projeto foi apresentado e aprovado em quatro aldeias do Oiapoque, em janeiro deste ano (2016), tendo dois *posts* com exemplos: “Encontro com Domingos, capitão do Curipi” e “A Ladainha Karipuna”. A proposta se apoia na discussão de Jean Clément (1995) a respeito de uma nova discursividade do hipertexto, com as características da não-linearidade e descontinuidade, que permitem diferentes percursos de leitura. No caso do blog, um outro recurso é a possibilidade de diálogo com o público, através de comentários inseridos no blog. Esse recurso, de certa forma, atualiza a proposta de George Marcus (1991) de uma escritura etnográfica dialógica. Um interessante apanhado feito por Dupré, Walliser e Lévi (2011) a respeito dos sítios de fontes antropológicas disponíveis na internet em 2010, classificou os sítios encontrados em dezenove “galáxias”, sendo uma delas relativa às ferramentas Web 2.0 (blogs, redes sociais) e outra relativa a sítios para a restituição de dados de pesquisa. A proposta do blog *Memórias do Oiapoque*, está no interstício destas duas galáxias, utilizando as possibilidades da discursividade hipertextual do blog, para a disponibilização de resultados de pesquisa na forma de uma *etnoblogografia*³⁷.



Observando esta trajetória que me levou das redes sociais articuladas no “bom das festas” às redes virtuais, percebo um movimento constante de escuta e busca de um diálogo genuíno e simétrico com as populações que trabalhei, que é o que acredito que caracteriza o esforço etnográfico, como aprendi a fazer com Aracy Lopes da Silva e Lux Vidal, como tenho procurado ensinar e como pretendo prosseguir nos projetos futuros. Foi esse movimento de escuta que me levou aos temas da educação e da infância, tratados a seguir.

³⁷ TASSINARI, A.M.I.: Ethnobiographie: une proposition dialogique d’écriture ethnographique. Comunicação apresentada no seminário Internet, médias sociaux, transmission de la mémoire et restitution des données en milieu autochtone, CASCA 2016, Halifax (Canadá).

Ensino e aprendizagem para além da escola: contribuições à Antropologia da Educação e à Antropologia da Criança:

Aqui retomo as atividades do grupo MARI de Educação Indígena da USP. Muitos de nós, que fizemos parte do grupo, lamentamos o seu desaparecimento e procuramos desenvolver sua agenda nas universidades e locais que trabalhamos. Nos projetos que desenvolvi na UFSC, busquei preencher uma lacuna que fora apontada por Aracy Lopes da Silva (2001) entre uma produção antropológica que produziu refinadas análises sobre noção de pessoa, cosmologias, parentesco, de um lado, e outra mais descritiva das situações concretas da educação escolar, fruto do engajamento, no mais das vezes, dos mesmos antropólogos. A autora se propunha a pensar “*nas razões das dificuldades de rendimento teórico de um tema que é social e politicamente importante para as populações indígenas e com o qual os etnólogos se veem frequentemente envolvidos*” (LOPES DA SILVA 2001: 31), concluindo que essa lacuna é também fruto do silêncio da etnologia nacional a respeito de questões educativas.

Foi através de investigações sobre processos educativos indígenas e seu engajamento em busca de escolarização e acesso ao Ensino Superior que cheguei à Antropologia da Educação. Trata-se, assim, de uma contribuição muito específica a um campo acadêmico que vinha se consolidando no Brasil e que o impacta na medida em que propõe outros olhares sobre os próprios processos educativos. Era o que propunha Lopes da Silva, apontando para o potencial do tratamento de temas caros da etnologia indígena (cosmologia, corporalidade, noção de pessoa, parentesco) em relação aos processos educativos, considerando que “*sua articulação permite discutir as condições para a emergência de uma ‘Antropologia da Educação’ crítica no país*” (id.ib.:30).

Foi também a partir da reflexão sobre e com crianças indígenas que me aproximei da área dos estudos da infância que, nos anos 1990, acabava de se constituir como um paradigma interdisciplinar, propondo a importância de considerar a infância como uma variável de análise, de atentar para a criança como interlocutora de pesquisa e de desnaturalizar ideias ocidentais sobre infância e desenvolvimento infantil (JAMES & PROUT 1990).

Meus primeiros trabalhos na área foram publicados num conjunto de coletâneas produzido pelo Grupo MARI, que veio a se tornar referência no campo da Educação Escolar Indígena. Contribuí para a coletânea *A Temática Indígena na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus* com um texto introdutório à questão da diversidade cultural³⁸,

³⁸ TASSINARI, A. M. I.: Sociedades Indígenas: introdução a tema da diversidade cultural. In: Lopes da Silva, Aracy; Grupioni, Luís Donizete Benzi. (Org.). *A Temática Indígena na Escola*.

buscando usar uma linguagem acessível para estudantes do Ensino Médio, mas que foi também útil para cursos introdutórios de Antropologia no Ensino Superior.

O texto publicado na coletânea *Antropologia, História e Educação*³⁹, propunha um referencial teórico para a análise das escolas indígenas, buscando superar as alternativas que as tratavam como “frentes ideológicas” ocidentais incrustadas nas aldeias ou como “espaços ressignificados” segundo uma lógica indígena. A ideia era poder trabalhar com a tensão entre essas duas dimensões das escolas indígenas, rompendo a ilusão de mundos indígenas e não-indígenas originalmente separados e considerando também que, por intermédio da escola, emergiam novas formulações sobre “cultura”, “tradição” e “conhecimentos nativos”. Utilizei o referencial de Barth (1969) para pensar no potencial analítico da noção de “fronteira” para a investigação das escolas indígenas: “...como um espaço de contato e intercâmbio entre populações, como espaço transitável, transponível, como situação criativa na qual conhecimentos e tradições são repensados, às vezes reforçados, às vezes rechaçados, e na qual emergem e se constroem as diferenças étnicas” (TASSINARI 2001: 68). Esta proposta tem sido bastante citada como fundamentação de pesquisas sobre educação escolar indígena, embora eu tenha lido poucas que realmente a utilizam como ferramenta de análise⁴⁰.

O segundo texto publicado na mesma coletânea⁴¹ analisa as políticas de escolarização na região do Uaçá, considerando um primeiro momento, na década de 1930, que objetivava a “civilização” das populações indígenas, e um segundo momento, nos anos 1980, que propunha a valorização de suas “tradições”. O texto analisa os sentidos desses termos para as populações indígenas e a forma como se engajaram diferentemente nos dois projetos realizados, respectivamente, pelo SPI e pelo CIMI, buscando explicar uma questão que sempre incomoda: por que populações indígenas se engajam tão fortemente em projetos de escolarização baseados em princípios integracionistas que desconsideram suas especificidades culturais? Ao mostrar o quanto os primeiros projetos permitiram aos Karipuna e Galibi-Marworno ingressarem em redes supra-locais, enquanto os segundos

Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995: p. 445-473. [2ª edição publicada em 1998, São Paulo: Global Editora]

³⁹ TASSINARI, A. M. I.: Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA A, Mariana. (Org.). *Antropologia, História e Educação, a questão indígena e a escola*. São Paulo: MARI, FAPESP, Global Editora, 2001, p. 44-77.

⁴⁰ Conforme discuti em palestra realizada no 58º Colóquio em Educação. *A Escola Indígena como Fronteira*. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. 2007.

⁴¹ TASSINARI, A. M. I.: Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá. In: LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA A, Mariana. (Org.). *Antropologia, História e Educação, a questão indígena e a escola*. São Paulo: MARI, FAPESP, Global Editora, 2001, p. 157-195. Uma versão traduzida para o italiano foi publicada posteriormente: TASSINARI, A. M. I.: *Dalla civilizzazione alla tradizione: i progetti educativi tra gli indios dell'Uaçá*. *Antropologia*, v. 4, p. 19-47, 2006.

parecia lhes encapsular nas teias da “escola diferenciada”, o artigo aponta para um aspecto que retomo em trabalhos posteriores: a importância da educação escolar como propiciadora de vínculos extra-locais.

Explorei essas ideias mais tarde, em artigo publicado no periódico *Anthropology & Education Quarterly*, em parceria com Clarice Cohn, comparando os casos de escolarização no Uaçá e entre os Mebengokré-Xikrin do Bacajá, utilizando a contribuição de Lévi-Strauss a respeito de uma “abertura para o outro” como característica da mitologia ameríndia, para refletir sobre o engajamento indígena em diferentes processos de escolarização⁴².

Minhas contribuições subsequentes para a Antropologia da Educação e da Criança são frutos de alguns projetos de equipe desenvolvidos na linha de pesquisa *Educação e Infância Indígenas* no Núcleo de Estudos de Populações Indígenas da UFSC desde 2004. A linha teve o título posteriormente alterado para *Diversidade, Educação e Infância* (ao abarcar estudos sobre outros contextos sociais, notadamente populações negras, camponesas e ciganas) e, desde 2011, passa a integrar o INCT-Brasil Plural⁴³. As pesquisas versam sobre concepções de infância, desenvolvimento infantil e corporalidade, processos de ensino e aprendizagem escolares e não-escolares, congregando pesquisas realizadas por mim, por orientandas/os e parceiras/os, em diferentes contextos indígenas e, mais recentemente, englobando contextos camponeses e ciganos, que serão tratados no próximo item. A linha também congrega trabalhos sobre Ensino de Antropologia, abarcando reflexões sobre a formação de professores, a inclusão de indígenas no Ensino Superior e Ações Afirmativas, que serão assunto dos itens subsequentes.

Para divulgar os resultados dos trabalhos do grupo de pesquisa e de colaboradores/as de outras instituições, tenho motivado colegas que realizam pós-doutorado ou estadias de professores visitantes no NEPI a colaborarem comigo na organização de coletâneas. A parceria com Beleni Saléte Grando e Marcos Alexandre Albuquerque gerou a coletânea

⁴² TASSINARI, A. M. I.; COHN, C.: Opening to the Other : Schooling among the Karipuna and Mebengokré-Xikrin of Brazil. *Anthropology & Education Quarterly*, v. 40, p. 150-169, 2009. Versão original em português posteriormente publicada como capítulo em coletânea: TASSINARI, A. M. I.; COHN, C.: Escolarização indígena entre os Karipuna e Mebengokré-Xikrin: uma abertura para o outro. In: Tassinari, A.; Grando, B.; Albuquerque, M.A. (Org.). *Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização*. Florianópolis: EDUFSC, 2012, p. 247-274.

⁴³ Infância e Educação Indígenas. Edital CNPq 32/2004 / Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Processo 402716/2004-3. Período: 2005-2007. Educação e Infância Indígenas: desafios à escolarização e à legislação. EDITAL MCT/CNPq 02/2009 – Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas. Processo 400772/2009-4. Período: 2009-2011. Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Nativos: um diálogo em rede. Projeto de equipe de pesquisa desenvolvido no âmbito do INCT Brasil Plural. Período: 2011 a 2015. Compreensões Antropológicas sobre Conhecimentos Indígenas e vice-versa. Edital Universal 14/2013. Processo: 480490/2013-9. Período: dezembro/2013 a dezembro/2016 (em andamento).

Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização, publicada em 2012, e com Nicanor Rebolledo e José Nilton Almeida, a coletânea *Diversidade, Educação e Infância. Reflexões Antropológicas*, em 2014⁴⁴. Assim também a coletânea *Diálogos com os Guarani. Articulando compreensões antropológicas e Indígenas*, que prefaciei e motivei a organização por parte de Nadia Heusi, Suzana Cavalheiro de Jesus e Clarissa Rocha de Melo, reúne trabalhos apresentados no Seminário *Compreensões antropológicas sobre conhecimentos guarani e vice-versa*, que coordenei em 2011⁴⁵.

Para a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas na linha Diversidade, Educação e Infância, tenho também utilizado os recursos de um blog, com o mesmo título⁴⁶.

Antropologia da Criança: acompanhando os primeiros passos de um campo de investigação no Brasil

Em 2005, depois de voltar do pós-doutorado, organizei o *Ciclo de Discussões sobre Experiências e Pesquisas em Educação e Infância Indígena* que consistia em reuniões semanais de um grupo de orientandas/os e pesquisadoras/os para apresentar seus trabalhos e experiências recentes sobre o tema. Aos poucos, fomos nos dando conta da centralidade da infância para as populações indígenas que estudávamos e do quanto as etnografias deixavam de reconhecer aspectos importantes da vida social e das cosmologias indígenas por desconsiderar as crianças em suas análises. Na época, também organizei alguns grupos de discussão em congressos, partilhando nossos trabalhos com pesquisadoras/es de outras instituições e reforçando essas constatações⁴⁷.

Foram os resultados dessas discussões que procurei sistematizar quando fui convidada pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) para apresentar uma palestra a respeito das concepções de infância e juventude indígenas para

⁴⁴ TASSINARI, A. M. I.; GRANDO, B.; ALBUQUERQUE, M.A.S. (Org.): *Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. 300p.

TASSINARI, A.M.I.; ALMEIDA, J.N.DE; REBOLLEDO, N. (Org.): *Diversidade, Educação e Infância. Reflexões Antropológicas*. Florianópolis: EDUFSC, 2014. 282p.

⁴⁵ SILVEIRA, N; MELO, C.R.DE; JESUS, S.C.DE (orgs.) *Diálogos com os Guarani. Articulando compreensões antropológicas e Indígenas*. Florianópolis: Editora da UFSC, Coleção Brasil Plural, 2016, p. 7-9.

⁴⁶ Disponível em: www.nepieduca.wordpress.com.

⁴⁷ Refiro-me aos seguintes eventos: VI Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2005, em Montevideu (GT “Infância Indígena: Perspectivas e Desafios Educacionais” coordenado por Angela Nunes e por mim), XXV Reunião Brasileira de Antropologia, em 2006, em Goiânia (GT “Por uma Antropologia da Infância” coordenado por Ângela Nunes e Benedito dos Santos e Seminário “Infância” coordenado por mim) e VII Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2007, em Porto Alegre (GT “Educação Indígena”, coordenado por Stella García, Mariana Paladino e por mim).

subsidiar a atuação da Rede de Proteção à Infância e Conselhos Tutelares⁴⁸. Nessa palestra, utilizando o material disponível sobre infância indígena no Brasil, identifiquei e analisei cinco aspectos recorrentes: 1) o reconhecimento da autonomia da criança e de sua capacidade de decisão; 2) o reconhecimento de suas diferentes habilidades frente aos adultos; 3) a educação como produção de corpos saudáveis, 4) o papel da criança como mediadora de diversas entidades cósmicas; 5) o papel da criança como mediadora dos diversos grupos sociais. Com isso, propus que “*ao contrário da a visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade*” (TASSINARI 2007: 22). A análise foi posteriormente publicada na Revista Tellus e em caderno de formação para Conselheiros Tutelares⁴⁹ e, como primeiro esforço de sistematização das pesquisas sobre o tema, tem sido uma referência constante em trabalhos subsequentes.

Em parceria com Clarice Cohn, em 2007, propusemos um Seminário Temático na ANPOCS intitulado *Do ponto de vista das crianças: pesquisas recentes em Ciências Sociais*, procurando reunir e discutir os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos no recente campo de estudos sobre infância, privilegiando aqueles com interlocução direta com crianças. A discussão foi tão produtiva que, nos três anos seguintes, organizamos Grupos de Trabalho e um novo Seminário Temático com o mesmo título na ANPOCS. Embora tenhamos feito discussões muito ricas nesses encontros, avalio que não conseguimos superar um “adultocentrismo” característico das Ciências Sociais que se expressava, por exemplo, em destinar ao grupo o espaço infantil do Hotel Glória de Caxambu. Também observamos um movimento dos outros GTs de direcionar as pesquisas sobre criança e infância ao nosso grupo, dificultando o diálogo dessas pesquisas com suas respectivas áreas de investigação, como se as pesquisas com foco em crianças não tivessem impacto sobre outros temas. Embora tenhamos proposto GTs para os dois anos seguintes, visando criar um espaço de interlocução mais permanente sobre infância nesse congresso, tivemos a proposta recusada.

Naquele ano de 2011, talvez para manter alguma atividade sobre crianças no ano em que Christina Toren foi convidada como palestrante, Clarice Cohn e eu fomos convidadas para

⁴⁸ Concepções de Infância e Juventude Indígena no Brasil. Palestra apresentada na mesa redonda A Realidade das Crianças e Adolescentes durante a 156ª Assembleia Ordinária do CONANDA. Campo Grande. 2007.

⁴⁹ TASSINARI, A. M. I.: Concepções Indígenas de Infância no Brasil. Tellus (Campo Grande), v. 13, p. 11-25, 2007. O trabalho foi novamente publicado em: TASSINARI, A.M.I.: Concepções de Infância e Juventude Indígena no Brasil. In: Formação de Conselheiros Tutelares e Conselheiros Municipais, Estadual e Nacional de Direitos no Atendimento à Criança e ao Adolescente Indígena. Coletânea de Textos. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2010, p.42-49.

organizar uma Mesa Redonda que, de certo modo, nos permitiu concluir um ciclo de atividades organizadas nesse congresso. Naquela mesa, ao analisar a presença de trabalhos relativos à infância e criança nos congressos ANPOCS⁵⁰, observei uma progressiva redução dos mesmos: antes divididos em vários GTS, aos poucos passam a se limitar aos 12 trabalhos do GT *Do Ponto de Vista das Crianças*⁵¹. Reconhecendo essa tendência problemática a encapsular os trabalhos sobre infância e crianças num único grupo, acabamos não propondo mais grupos sobre infância e criança em congressos.

A organização dessas atividades na ANPOCS teve uma repercussão significativa, tanto para motivar a realização de novas pesquisas nas três áreas das Ciências Sociais com foco em crianças, quanto para propiciar o diálogo e troca de experiências sobre as bases teóricas e estratégias metodológicas das pesquisas em andamento, dando densidade analítica a esse campo de estudos. O trabalhos publicados na página da ANPOCS tem sido recorrentemente citados e utilizados como fontes de inspiração. Isso ficou evidente nas referências constantes a esses encontros da ANPOCS, nas discussões realizadas no último congresso da ABA, em 2016, em João Pessoa, no Grupo de Trabalho *Antropologia da Criança*, organizado por Flávia Pires e Levi Pereira, do qual participei como debatedora.

No GT da ANPOCS de 2009, apresentei o trabalho *Múltiplas infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola OU A Sociedade Contra a Escola*, no qual procurei refletir sobre o impacto que as pesquisas com crianças indígenas possibilitam ao nos permitir desnaturalizar as ideias construídas por meio da escolarização⁵². Escrevi o texto pensando na dificuldade que vinha observando para ensinar e pesquisar sobre formas de participação social das crianças. Utilizei a contribuição de Ivan Illich (1973), sobre o processo que ele denomina “escolarização”, para compreender que essa dificuldade provém de nossas próprias experiências escolares que desautorizam outras formas de vivenciar a infância e a aprendizagem. Procuo mostrar que reconhecer essas múltiplas infâncias (para além de um modelo universal de criança-aluna) permite também compreender outras formas de tratar o conhecimento e o poder que dele advém, usando o exemplo das crianças indígenas.

⁵⁰ Levantamento realizado por Luisa Bonetti Scirea, bolsista PIBIC.

⁵¹ TASSINARI, A. M. I.: Apresentação de trabalho na Mesa Redonda: "Antropologia da Criança: qual Antropologia?" 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 2011.

⁵² TASSINARI, A. M. I.: Múltiplas infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola OU A Sociedade Contra a Escola. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual, 2009 (on-line). O artigo foi posteriormente publicado como capítulo em coletânea: TASSINARI, A. M. I.: A Sociedade Contra a Escola. In: Tassinari, A.; Grando, B.; Albuquerque, M.A. (Org.). Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização. Florianópolis: EDUFSC, 2012, p. 275-294.

A crítica a esse processo de “escolarização” iniciada nesse artigo (e que não significa uma crítica à educação escolar, bem entendido), é desenvolvida em meus trabalhos mais recentes, nos quais discuto princípios educativos em contextos “não escolarizados”, nos quais a escola não constitui uma fonte hegemônica de conhecimento e as crianças também aprendem com a participação em outros espaços, inclusive em atividades produtivas. Assim, tenho escrito sobre “pedagogias próprias”, no sentido de explorar princípios educativos e noções de desenvolvimento infantil que operam em diferentes contextos sociais, baseados em pesquisas que realizei com as crianças Galibi-Marworno⁵³ e com crianças de famílias agricultoras no município de Turvo/PR⁵⁴.

Numa análise comparativa desses dois contextos⁵⁵, em diálogo com discussões contemporâneas sobre cognição e aprendizagem (TOREN 1993, 2014, INGOLD 2000, 2010, WHITEHOUSE 2001, HIRSHFELD 2002), venho discutindo alguns aspectos comuns desses processos de aprendizagem “não escolarizados”: a centralidade da experiência e da corporalidade, a atenção aos esforços de imitação, a ênfase na iniciativa dos aprendizes e a atribuição progressiva de responsabilidades. É isso também que procurei apresentar no vídeo *Criando Corpo em Kumarumã*, acima mencionado. Tendo esses exemplos como contraponto, procuro mostrar que os processos de escolarização produzem um modelo de infância que não é único, natural ou universal, mas produto das próprias condições de aprendizagem que oferece, afastadas das situações de prática e dos demais segmentos sociais.

Com essas publicações e outros trabalhos apresentados em congressos e palestras⁵⁶, aliados às disciplinas de graduação e pós-graduação e orientações de pesquisas já mencionadas,

⁵³ TASSINARI, A. M. I.; CODONHO, C. G.: Al ritmo de la comunidad: enseñanza y aprendizaje entre niños indígenas galibi-marworno. *Anthropologica*, v. 33, p. 173-203, 2015.
TASSINARI, A. M. I.: La liberté comme principe. L'éducation des enfants chez les Galibi-Marworno du Brésil et la scolarisation. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, v. 15, p. 101-122, 2016. <https://cres.revues.org/2900>
TASSINARI, A. M. I.: “A Casa de Farinha é a Nossa Escola”: aprendizagem e cognição Galibi-Marworno. *Política & Trabalho*, v. 43, p. 65-96, 2016.

⁵⁴ TASSINARI, A.M.I.: Ajudando e aprendendo: a participação de crianças nas atividades produtivas da agricultura familiar. In: Tassinari, A.; Almeida, J.N. de; Rebolledo, N. (Org.). *Diversidade, Educação e Infância. Reflexões Antropológicas*. Florianópolis: EDUFSC, 2014, p. 97-131.

⁵⁵ Inicialmente apresentada como Conferência de abertura na III Jornada Infância e Família do PPGAS/UFRGS: Produzindo corpos ativos: a participação de crianças indígenas e agricultoras nas atividades produtivas familiares, em 2014. Posteriormente publicada: TASSINARI, A. M. I.: Produzindo corpos ativos: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, p. 141-172, 2015.

⁵⁶ TASSINARI, A. M. I.: O que as crianças tem a ensinar para seus professores? Contribuições a partir da Antropologia da Criança. I SIMFOP – Simpósio sobre Formação de Professores: Infâncias e Linguagens em Debate. Participação em Mesa Redonda. Unisul: Tubarão. 2008.

tenho procurado contribuir para desnaturalizar um modelo de infância e de desenvolvimento infantil, que é tratado como universal nas políticas públicas de educação e de proteção da infância⁵⁷. Essa vem sendo minha contribuição mais efetiva ao campo da Antropologia da Criança, mais recentemente propondo repensar a ideia de “autonomia do universo infantil” que foi um princípio importante para justificar esse campo de estudos mas que, acredito, é também fruto dos processos de escolarização, por criar condições para a experiência de uma infância apartada dos demais segmentos sociais⁵⁸.

Da Educação escolar indígena às políticas de inclusão no Ensino Superior

Enquanto, na época do Grupo MARI, procurávamos compreender, analisar e apoiar as iniciativas de educação escolar indígena, discutindo os pressupostos, características e limites da interculturalidade, atualmente estamos diante de novos desafios decorrentes da

-
- TASSINARI, A. M. I.: Questões atuais dos estudos de infância indígena no Brasil. Seminário Educação Intercultural e Infância Indígena. NEPI/PPGAS. Florianópolis. 2010.
- TASSINARI, A. M. I.: O que as crianças têm a ensinar a seus professores? Contribuições a partir da Antropologia. *Antropologia em Primeira Mão*, v. 130, p. 1-20, 2011.
- TASSINARI, A. M. I.: I Seminário Infância/Criança Indígena. Apresentação de trabalho na Mesa Redonda: Estado da Arte de Pesquisas sobre Infância/Crianças Indígenas no Brasil. UCDB: Campo Grande. 2011.
- TASSINARI, A. M. I.: Do trabalho no paiol às cooperativas: empoderamento infantil e feminino entre agricultores do PR. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba. 2011.
- TASSINARI, A. M. I.; COHN, C.: Prefácio ao livro: Nascimento, Adir; Urquiza, Antonio; Vieira, Carlos (orgs.). *Criança Indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais*. Brasília, 2011, p.7-13.
- TASSINARI, A. M. I.: Processos de Ensino e Aprendizagem das Atividades Cotidianas Galibi-Marworno. 54 Congresso Internacional de Americanistas. Viena (Áustria). 2012.
- TASSINARI, A. M. I.: A participação de crianças agricultoras na produção de alimentos. 54 Congresso Internacional de Americanistas. Viena (Áustria). 2012.
- TASSINARI, A. M. I.: A Sociedade contra a Escola OU o que podemos aprender com as crianças indígenas. Palestra realizada no Seminário do Laboratório de Indigenismo e Etnologia (LINDE/UñB). Brasília. 2010.
- TASSINARI, A. M. I.: Questões pertinentes para a educação da criança indígena: contribuições a partir da Antropologia da Criança. Conferência proferida no Seminário Educação 2012. PPGE/UFMT. Cuiabá. 2012.
- TASSINARI, A. M. I.: Éducation et Enfance Autochtone au Brésil. Conferência apresentada na Université du Québec a Montréal (UQAM). Organização: Département de sciences des religions/UQAM em colaboração com o Biodôme de Montréal. 19/11/2014.
- TASSINARI, A. M. I.: Que peuvent enseigner les enfants autochtones à l'anthropologie ? Conferência apresentada. Les ateliers du CIERA à l'UQAM, en collaboration avec les Séries Midi-C de l'Association Étudiante des Cycles Supérieurs en Sciences des Religions, Université du Québec a Montréal (UQAM). 25/09/2015.
- ⁵⁷ TASSINARI, A.M.I.; MONTARDO, D.L.; MELO, C.R.DE; SOUZA, E.L.; OLIVEIRA, M.S.; JESUS, S.C.DE; CARIAGA, D.E.; VASCONCELOS, V.; REFATTI, D.: Educação, infância e diversidade: desafios à Antropologia e às Políticas Públicas. Colóquio Saberes e Ciência Plural no INCT Brasil Plural. Manaus, 24-26 de novembro de 2014. A publicação está no prelo, na coletânea: Calderipe, Marcia (org.) Saberes e Ciência Plural. Coleção Brasil Plural. Florianópolis: EDUFSC.
- ⁵⁸ TASSINARI, A.M.I.: Entre a autonomia da criança e a autonomia do universo infantil: reflexões a partir de pesquisas sobre infância indígena. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. Mesa redonda Antropologia da Criança no Brasil. João Pessoa. 2016.

crescente presença indígena no Ensino Superior e na Pós-Graduação, sem que as primeiras questões tenham se esgotado.

Acredito que minha contribuição para as investigações sobre educação escolar indígena, além daquelas já apontadas no início, dizem respeito a uma investigação sobre os “processos próprios de aprendizagem”. Esse termo foi utilizado na Constituição Nacional, no artigo 210§ 2º, para fazer referência a um direito específico das populações indígenas em relação à educação escolar: *O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem* (BRASIL 1988). Através da legislação que decorre desta prerrogativa constitucional, notadamente a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e resoluções subsequentes, a noção de “processos próprios de aprendizagem” vai sendo progressivamente substituída pela proposta de uma educação “bilíngue, intercultural e diferenciada”. Refletir sobre esses “processos próprios de aprendizagem” (que mais atualmente tenho chamado de “pedagogias próprias”) e sua relação com a educação escolar tem sido objetivo de algumas publicações⁵⁹, de trabalhos apresentados em congressos⁶⁰, bem como de orientações e projetos de pesquisa e extensão em equipe acima mencionados.

⁵⁹ TASSINARI, A. M. I.: Resenha do livro: Taukane, Darlene: A História da Educação Escolar entre os Kurã-Bakairi, Cuiabá: Edição da Autora. In: Em Aberto, Brasília: INEP/MEC, vol.20, n.76, 2003, p.177-196.

TASSINARI, A. M. I.: Desafios da Educação Escolar Indígena. Escola Aberta - encarte divulgado nos jornais A Notícia e Diário Catarinense, Santa Catarina, 10 outubro 2007, p.

TASSINARI, A. M. I.; GOBBI, I.: Políticas Públicas e Educação para Indígenas e sobre Indígenas. Educação (UFSM), v. 34, p. 95-112, 2009.

TASSINARI, A. M. I.: A Educação Escolar Indígena no Contexto da Antropologia Brasileira. Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis), v. 10, p. 217-244, 2009.

TASSINARI, A. M. I.: Prefácio ao livro: Grando, Beleni (org.) Jogos e Culturas Indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola. Cuiabá, 2010, p.7-10.

TASSINARI, A. M. I.: Práticas corporais indígenas em espaços interculturais: entre o ritual, o trabalho e o esporte. In: Tassinari, A.; Almeida, J.N. de; Rebolledo, N.. (Org.). Diversidade, Educação e Infância. Reflexões Antropológicas. Florianópolis: EDUFSC, 2014, p. 163-171.

TASSINARI, A. M. I.; GOBBI, I.: Políticas Públicas e Educação para Indígenas e sobre Indígenas. Educação (UFSM), v. 34, p. 95-112, 2009.

TASSINARI, A. M. I.: La educación escolar indígena en el contexto de la antropología brasileña. In: Hernández, Andrés Medina; Rutsch, Mechthild. (Org.). Senderos de la antropología: discusiones mesoamericanistas y reflexiones históricas. Cidade do México: Instituto Nacional de Antropología e História, Universidade Nacional Autónoma de México, 2015, p. 377-402.

⁶⁰ TASSINARI, A. M. I.: X Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Apresentação na Mesa Redonda: Saberes Indígenas, Interculturalidade e Políticas de Saúde e Educação para Povos Indígenas. Manaus. 2005.

TASSINARI, A. M. I.: Contribuição da antropologia para a compreensão dos chamados "processos próprios de aprendizagem". 58ª Reunião Anual da SBPC. Florianópolis. 2006.

TASSINARI, A. M. I.: A prática cotidiana na Escola Indígena: os processos próprios de ensino e aprendizado e as interações em aula. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Palestrante no Mini-Curso: Goiânia. 2006.

TASSINARI, A. M. I.; GOBBI, I.: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Políticas Públicas e educação para e sobre indígenas. Porto Seguro. 2008.

Tive a oportunidade de discutir as políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena no Brasil em alguns eventos internacionais. Na África do Sul, fui convidada para participar, em 2006, do Workshop “Known Earth” organizado pela Universidade da Cidade do Cabo e pelo National Indigenous Knowledge Systems Office (Science and Technology Department)⁶¹. A noção de “Indigenous Knowledge Systems” é uma noção-chave nas políticas educativas pós *apartheid*, como alternativa para corrigir os efeitos nocivos da segregação no campo da educação, da ciência e da tecnologia (HOPPERS 2002). Se, no Brasil, as políticas atuais valorizam a “diversidade cultural” indígena e preconizam o “respeito à diversidade” nos sistemas de ensino escolar; na África do Sul qualquer menção à “diversidade” ecoa as políticas segregadoras do *apartheid* e a noção de “sistemas de conhecimentos indígenas” vem propor justamente a “integração” dos conhecimentos nativos nos sistemas escolares. Em 2008, pude tratar no México, em eventos da Universidad Pedagógica Nacional e da Universidad Nacional Autónoma de México⁶².

Essas experiências, aliadas à minha recente estadia no Cadaná, onde pude conhecer as políticas de escolarização das populações autóctones, revelaram a importância de analisar comparativamente os processos voltados à escolarização das populações nativas em relação aos diferentes contextos nacionais, como partes de processos de *nation building*, incluindo medidas para a formação de professores ou mesmo de antropólogos. Essa relação entre a formação do campo da Antropologia e as políticas de formação de professores e de escolarização de indígenas merece ser melhor investigada, como tem demonstrado algumas pesquisas que venho orientando sobre outros contextos nacionais (Alexander Cordovés, em Cuba e Helder Amâncio, em Moçambique).

Também considero oportuno, como projetos futuros, analisar comparativamente, em diferentes países, as políticas de inclusão de indígenas no Ensino Superior, tanto visando à formação de professores indígenas quanto à formação de profissionais de áreas diversas.

⁶¹ TASSINARI, A. M. I.: Indigenous Knowledge and Education in Brazil: Contemporary Challenges. Known Earth/Terra Cognita: Indigenous Knowledges and the Reimagining of Cultural Heritage Archives. Cidade do Cabo (África do Sul). 2006.

⁶² TASSINARI, A. M. I.: Coloquio Senderos de la Antropología: historias y epistemologías. Educación Indígena en el contexto de la Antropología Brasileña. UNAM/INAH, Cidade do México, DF. 2008.

TASSINARI, A. M. I.: Saberes Indígenas y Educación Escolar. Seminários de Saberes Indígenas y Cultura del Doctorado en Educación. Universidad Pedagógica Nacional. 2008.

TASSINARI, A. M. I.: Inserción de la dimensión indígena en la educación nacional. El caso de Brasil. Conferência Magistral. Foro de Promoción d la Diversidad Cultural, Educativa y Lingüística. Universidad Pedagógica Nacional y el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. Cidade do México. 2008.

Utilizo o conceito de Foucault de *epistême* (1981) e sua análise sobre as condições de emergência das Ciências Humanas para pensar nos desafios e possibilidades de um genuíno diálogo inter-epistêmico decorrente da inclusão de estudantes indígenas na Universidade⁶³. Como sou parte atuante nas políticas de inclusão na UFSC, em iniciativas relacionadas à graduação e à pós-graduação (conforme exposto no primeiro item), esta reflexão é sempre acompanhada de sentimentos ambíguos, entre angústias e esperanças. Se minha formação como antropóloga me preparou para ouvir e desconstruir meus pressupostos na tentativa de entendimento, agora sou instigada a falar sobre esses pressupostos para oferecer a formação que alunos e alunas indígenas estão buscando. Isso vai levar a um genuíno diálogo e mútua aprendizagem ou estamos apenas contribuindo para distanciar os/as estudantes indígenas de suas famílias e territórios?

Dentre as esperanças, gosto sobretudo de pensar nas potencialidades daquilo que não cabe nas regras disciplinares científicas, mas que é muito caro para os modos indígenas de produzir, transmitir e legitimar o conhecimento, envolvendo sonhos, parcerias com não-humanos, laços de afetos, corporalidade. Acredito que a genuína inclusão de indígenas no Ensino Superior será completa com sua contribuição para a transformação das bases de nossa *epistême*.

Dentre os projetos que desenvolvi, algumas iniciativas almejavam diretamente a articulação de conhecimentos indígenas e acadêmicos ou escolares, como o projeto de extensão *Articulando Saberes: possibilidade de diálogos na escola indígena Itaty de Morro dos Cavalos* em 2008 e 2009, que contou com a participação de Marliese Vicenzi e Viviane Vasconcelos e gerou a publicação de um livro didático⁶⁴. Em 2011, propus ao Instituto Brasil Plural uma série de eventos intitulada *Concepções antropológicas sobre conhecimentos indígenas e vice-versa*, visando colocar em diálogo antropólogos/as e especialistas indígenas a respeito da produção, circulação e transmissão de conhecimentos. Aproveitando momentos de defesas de dissertações de mestrado (Viviane Vasconcelos e Diogo Oliveira) e tese de doutorado (Melissa Oliveira), os eventos dessa série trataram das populações Guarani e do Noroeste Amazônico e incluíram professores indígenas e antropólogos/as de reconhecida experiência nas respectivas áreas, como Bartomeu Meliá e Stephen e Christine

⁶³ TASSINARI, A. M. I.: Antropologia, educação e diversidade. In: Cardoso, Vânia Zikán (Org.). *Diálogos Transversais em Antropologia*. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2008, p. 161-176.

⁶⁴ ANTUNES, A. K. T.; TASSINARI, A. M. I.; MIRIM, J. B. G. K.; VICENZI, M.; VASCONCELOS, V.C.C. (Orgs.): *Kyringue Arandua Rupiguare: As Ideias das Crianças*. Florianópolis: NUPPE/UFSC, 2011. 55p.

Hugh-Jones⁶⁵. Pretendo ainda organizar outros eventos dessa série, especialmente envolvendo os estudantes da Licenciatura Intercultural Indígena.

Os trabalhos que tenho apresentado sobre o tema, versam sobre a formação de professores (pois essa tem sido a principal via de acesso à Universidade para estudantes indígenas) e as potencialidades e desafios da inclusão⁶⁶. Algumas publicações são frutos da parceria com colegas que atuam em políticas de inclusão na UFSC, especialmente Marcelo Tragtenberg e Edviges Ioris, já citadas anteriormente⁶⁷, relacionadas à nossa colaboração na execução de Programas de Extensão (PROEXT/MEC) e atuação nas instâncias da UFSC.

Do Ensino da Temática Indígena ao Ensino de Antropologia

Neste último item retomo um desafio que também tem origem em minha participação no grupo MARI e procurei desenvolver na UFSC de variadas formas: a possibilidade de ensinar temas da Antropologia, especialmente aqueles relativos às populações indígenas, para um público não especializado, visando contribuir para uma formação de combate a preconceitos, xenofobia, racismo ou etnocentrismo. Isso envolve uma atenção à Educação

⁶⁵ TASSINARI, A.M.I.: Compreensões antropológicas sobre conhecimentos Guarani e vice-versa. Ilha de Santa Catarina, 23-25/11 e 05/12/2011. Coordenação: Antonella Tassinari. Realização: NEPI – Núcleo de Estudos de Povos Indígenas e NESSI – Núcleo de Estudos sobre Saúde e Saberes Indígenas. Apoio: PPGAS/UFSC e INCT Instituto Brasil Plural

TASSINARI, A.M.I.; OLIVEIRA, M.S.: Pesquisas e processos recentes no Noroeste Amazônico: construção da pessoa e circulação de saberes. Ilha de Santa Catarina, 08-09/03/2012. Coordenação: Antonella Tassinari e Melissa Oliveira. NEPI/A-Funda/PPGAS-UFSC e Instituto Brasil Plural.

TASSINARI, A.M.I.: Seminário: Diálogos com Stephen e Christine Hugh-Jones: reflexões antropológicas sobre conhecimentos indígenas. NEPI/Instituto Brasil Plural/PPGAS. 14 a 17/03/2016.

⁶⁶ TASSINARI, A. M. I.: Políticas Afirmativas para índios na Universidade. Seminário organizado pela APUFSC – GT Etnia, Gênero e Classe. Participação como debatedora. Florianópolis. 2006. TASSINARI, A. M. I.: Experiencias de formación de profesores indígenas en Brasil. Palestra dirigida a estudantes da Licenciatura em Educação Indígena. Universidad Pedagógica Nacional. 2008.

TASSINARI, A. M. I.: A Lei de Cotas e os desafios da inclusão no Ensino Superior. Participação em Mesa Redonda. VII Semana de Integração do CFH. Florianópolis. 2012.

TASSINARI, A. M. I.: Desafios das políticas de inclusão no Ensino Superior. Apresentação na Mesa Redonda: Ensino: graduação e pós-graduação. XI Semana de Antropologia. UFRN: Natal. 2012.

TASSINARI, A. M. I.: Autochtones et l'Université: politiques publiques, revendications identitaires et stratégies d'autonomie. Palestra apresentada no evento: Autochtones au Brésil: revendications politiques et identitaires. Realização: Département de Sciences des religions de l'Université du Québec à Montréal (UQAM), Département d'anthropologie de l'Université de Montréal (UdeM) et Centre interuniversitaire d'études et de recherches autochtones (CIÉRA), Université de Montréal, Canadá, 19/05/2016.

⁶⁷ TASSINARI, A.M.I.; IORIS, E.M. ; ALMEIDA, J.N. DE ; JESUS, S.C. DE : A presença de estudantes indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama a partir do Programa de Ações Afirmativas - PAA/UFSC.. Século XXI - Revista de Ciências Sociais, v. 3, p. 212-236, 2013.

TRAGTENBERG, M.H.R. ; BOING, A.C. ; BOING, A.F. ; TASSINARI, A. M. I. : Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011). In: Santos, Jocélio Teles dos (Org.). O Impacto das Cotas nas Universidades Brasileiras (2004-2012). Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2013, p. 203-240.

Básica e à formação de professores, que gerou algumas publicações, consultoria e apresentação de trabalhos⁶⁸. Encontrei inspiração e parceria em propostas semelhantes desenvolvidas por Miriam Grossi, no NIGS, envolvendo a temática do gênero e o combate às formas de preconceito e violências contra mulheres, gays, lésbicas e transexuais.

Uma das atividades que mais me motivou, no início da minha carreira na UFSC, foi coordenar o ciclo de mesas-redondas *Antropologia e Cidadania*, que promovia mensalmente, no espaço do Centro Integrado de Cultura, debates sobre temas que vinham sendo desenvolvidos nos núcleos de pesquisa da Antropologia, com a participação dos segmentos alvo das pesquisas. O ciclo foi iniciado por Miriam Grossi, em 2000, enquanto coordenadora do PPGAS. De 2001 a 2003, com a colaboração de Ana Cristina Marcelino em 2002, coordenei a organização de programações anuais que, por serem organizadas num espaço externo à UFSC, passaram a fazer parte da agenda da cidade e foram importantes para a divulgação das pesquisas desenvolvidas no Departamento de Antropologia para um público não acadêmico. Os eventos foram registrados e atualmente são parte do acervo do Núcleo de Antropologia Visual (NAVI).

Outro projeto de extensão que muito me motivou, em 2002, visava trabalhar a questão indígena na Educação Infantil. Vendo a forma como as populações indígenas eram retratadas na turma da minha filha Clara, então com 6 anos, propus ao Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC o projeto de extensão *Convivendo com a Diversidade Cultural*, que contou com Izabel Gobbi como bolsista de extensão e Melissa Oliveira como colaboradora. Além de oferecer uma formação sobre a temática para um grupo de professoras que participaram do projeto, propusemos uma série de atividades com as crianças, inclusive um intercâmbio com os/as alunos/as guarani da escola da aldeia de

⁶⁸ TASSINARI, A. M. I.: Sociedades Indígenas: introdução a tema da diversidade cultural. In: Lopes da Silva, Aracy; Grupioni, Luís Donizete. (Org.). A Temática Indígena na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995, p. 445-473.
TASSINARI, A.M.I. Consultoria ao Estúdio Maurício de Souza. Manual do Índio do Papa-Capim. Editora Globo, 2003.
XXIV Reunião Brasileira de Antropologia. O Ensino de Conhecimentos Antropológicos na Educação Básica. Local. 2004.
XXIV Reunião Brasileira de Antropologia. Debatedora no Fórum de Pesquisa: Antropologia e Educação: Ensino e Pesquisa. Local. 2004.
Sociologia no Ensino Médio - Debate promovido pelo Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais (CALCS)/UFSC. Os Conhecimentos Antropológicos no Ensino Médio. Florianópolis. 2007.
27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Debatedora da Mesa Redonda: Antropologia e Educação: um panorama do ensino e da pesquisa no Brasil. Belém. 2010.

Mbiguaçu, envolvendo troca de correspondências e visitas mútuas às escolas. Essa experiência foi apresentada em congressos⁶⁹ e gerou uma publicação⁷⁰.

A respeito do Ensino de Antropologia, em 2002, organizei com Carmen Rial, o Encontro *Ensino de Antropologia: Diagnóstico, Mudanças e Novas Inserções no Mercado de Trabalho*, que reuniu em Ponta das Canas, Florianópolis, cento e cinquenta professores e professoras de Antropologia de todo o Brasil, em três mesas redondas e dez fóruns temáticos⁷¹.

Discutimos as questões que nos mobilizavam naquele momento, relativas ao mercado de trabalho, à formação na pós-graduação e o enxugamento dos tempos de mestrado e doutorado, à possibilidade e os desafios da abertura de cursos de graduação em Antropologia (que hoje já são vários), questões metodológicas no ensino da Antropologia, o ensino de Antropologia em outros cursos, entre outras questões.

A partir desse Encontro venho atuando junto à ABA em atividades relacionadas ao ensino de Antropologia, colaborando com a organização da coletânea *Ensino de Antropologia no Brasil*⁷², e com a organização das primeiras edições do Prêmio Claude Lévi-Strauss para pesquisas de Graduação, a primeira em 2006 e a segunda em 2008⁷³. A orientação do doutorado de Ari Sartori (2011) e a previsão de um pós-doutorado em 2017 também tem me motivado a continuar as investigações nesse tema.

Para continuar

Se as novas regras para a aposentadoria apresentadas pelo governo após o golpe de 2016 vierem a vigorar, a instituição terá que me aguentar até 2034. Minha capacidade de planejamento não chega até lá, mas espero que minha memória e saúde me acompanhem.

⁶⁹ IV ANPEd-Sul Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Convivendo com a Diversidade: a Temática Indígena na Educação Infantil. Florianópolis. 2002.

II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais. Convivendo com a diversidade cultural: a temática indígena na educação infantil. Florianópolis. 2003.

⁷⁰ TASSINARI, A. M. I.; OLIVEIRA, M. S. ; GOBBI, I. . Aprendendo com a diversidade cultural: uma experiência de intercâmbio. In: Freitas, Marcos Cezar de (Org.). *Desigualdade Social e Diversidade Cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 154-174.

⁷¹ TASSINARI, A. M. I.; RIAL, C. S.: *Anais do Encontro Ensino de Antropologia: Diagnóstico, Mudanças e Novas Inserções no Mercado de Trabalho*. Antropologia em 1ª Mão - número especial. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2002. p. 1-50.

TASSINARI, A. M. I.; RIAL, C. S. ; GROSSI, M. P. : *O Encontro sobre Ensino de Antropologia*. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 199-206.

⁷² GROSSI, M. P. ; TASSINARI, A. M. I. ; RIAL, C. S. (Org.) : *Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006. 454p.

⁷³ TASSINARI, A. M. I. : *Prêmio Claude Lévi-Strauss para pesquisas de graduação: um balanço*. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 435-444.

O que planejo para este próximo período dá continuidade ao que vim construindo até o presente.

Estou muito envolvida com o projeto de institucionalização da Licenciatura Intercultural Indígena na UFSC, refazendo o Projeto Político Pedagógico com um desenho que inclua entradas contínuas e que atenda às demandas das comunidades para a formação de professores. Para tanto, temos buscado junto à Reitoria o compromisso para a contratação de professores/as de línguas indígenas e para a construção de uma Casa dos/das estudantes indígenas, que possa abrigar tanto aqueles/as que cursam a Licenciatura Intercultural Indígena nos períodos que estão em Florianópolis, quanto aqueles/as dos demais cursos.

Espero continuar contribuindo para a política de Ações Afirmativas na UFSC, pensando em alternativas para as formas de ingresso de indígenas e quilombolas, conhecendo melhor o perfil do alunado através do *Observatório de Ações Afirmativas* e da orientação de pesquisas sobre o tema, colaborando para um efetivo diálogo inter-epistêmico, no qual os conhecimentos oriundos de outras tradições possam ser reconhecidos no meio acadêmico.

Nesse sentido, espero dar continuidade à série “Compreensões antropológicas sobre conhecimentos indígenas e vice-versa”, com a colaboração de acadêmicos, egressos e pesquisadores indígenas. Como já foram organizados eventos com os Guarani e populações do Noroeste Amazônico, pretendo fazer os próximos sobre os Xokleng, Kaingang e populações do Oiapoque.

Em relação à região do Oiapoque, tenho os objetivos previstos no Projeto de Produtividade CNPq até 2019, que incluem investigação etnográfica centrada em processos não convencionais de aprendizagem que envolvem sonhos, massagens corporais e a relação com a alteridade. Tenho planos de organizar, junto com Lux Vidal, uma publicação que reúna as pesquisas já realizadas sobre os Galibi-Marworno.

Tenho em vista a realização de um novo vídeo, cujo roteiro foi elaborado em janeiro de 2016 na aldeia Santa Isabel, em diálogo com Alexandrina dos Santos (D.Xandoca) e sua filha Glória dos Santos: *Fam ki savê* (Mulheres que sabem). O vídeo trata de conhecimentos femininos relativos à *mãe do corpo*: *halê vã* (puxar a barriga), *fê fam akuxê* (fazer parto) e *aplê laxé* (massagear os bebês para “chamar a carne”). As filmagens foram realizadas e a edição será realizada com Marcos Alexandre Albuquerque.

Pretendo desenvolver a proposta da *etnobiografia*, através da escritura de posts mensais por 24 meses, acompanhando sua repercussão junto às aldeias. Caso a experiência seja positiva, estão previstos seminários para intercâmbio na Universidade Federal do Amapá e

a publicação do resultado final. Neste ano, com o apoio dos bolsistas João Carlos Corrêa Neto, Paloma Stein e Marina Santos, estamos sistematizando o material a ser disponibilizado, conforme o que foi discutido e acordado em quatro aldeias, na pesquisa de campo realizada em janeiro/fevereiro de 2016. Esse projeto será também oportunidade para retomar a pesquisa sobre a história da região do baixo Oiapoque, desenvolvida em arquivos franceses em 2005.

Dando sequência às coletâneas que organizei com colaboradores do NEPI, pretendo organizar, com Rogério Correia da Silva e Ari José Sartori uma nova coletânea com os resultados das pesquisas desenvolvidas na linha Diversidade, Educação e Infância após 2014. Com Edvigis Ioris, planejamos publicar um volume que reúna os trabalhos apresentados nos seminários que temos organizado sobre a presença indígena no Ensino Superior.

Estou coordenando, com o apoio de Diógenes Cariaga, o III Seminário Crianças e Infâncias Indígenas, que deverá ocorrer 25 a 28 de julho de 2017 na UFSC. O Seminário congrega uma rede de pesquisadores docentes e discentes, indígenas e não-indígenas, vinculados à UFSCar, UFSC, UFMG, UFGD, UCDB, UEMS, UEM, UESB, UFBA, PUC-MG, UFPA e UFRGS, nas áreas de Antropologia, Ciências Sociais, História, Pedagogia, Geografia, Psicologia, Direito, Arquitetura e Educação Física. O objetivo é aprofundar a reflexão sobre questões etnográficas, metodológicas e teóricas com crianças indígenas.

Estou em diálogo com colegas de universidades canadenses (Laurent Jérôme, UQAM, Sylvie Poirier, U.Laval, Robert Crépeau, UdeM) para dar continuidade às colaborações que iniciamos e para a formalização de projetos de cooperação internacional abordando questões relativas à educação autóctone e políticas públicas, envolvendo expressões religiosas e artísticas.

Em mais longo prazo, gostaria de desenvolver análises comparativas sobre as políticas de educação voltadas para populações autóctones em diferentes contextos nacionais, considerando a relação destas políticas de educação, com as políticas de direitos territoriais, com as políticas de formação de professores, com a formulação de um campo profissional da Antropologia e com o ensino da Antropologia.

Bibliografia Citada:

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre. Acervos Antropológicos: da Interculturalidade dos Museus à Dialogia dos Hipertextos. Relatório de Pós-Doutorado em Antropologia Social, bolsa CAPES/REUNI, UFSC, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London/New York: Verso, 1991.

ARNAUD, Expedito. *O Índio e a Expansão Nacional*. Belém: CEJUP, 1989.

ASSIS, Eneida Corrêa de. *Escola Indígena, uma "Frente Ideológica"?* Dissertação de Mestrado. Brasília: PPGAS /UnB, 1981.

BARTH, Fredrik (org). *Ethnic Groups and Boundaries*, London/Oslo: Universitets Forlaget/ George Allen & Unwin, Introduction, 1969.

BARTH, Fredrik. *Ritual and Knowledge among the Baktaman of New Guinea*, Oslo/New Haven: Universitetsforlaget/Yale University Press, 1975.

BARTH, Fredrik. *Cosmologies in the making: a generative approach to cultural variation in inner New Guinea*, Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BARTH, Fredrik. *Other knowledge and other ways of knowing*, *Journal of Anthropological Research*, vol.51, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CEDI. *Povos Indígenas no Brasil, Vol.3 (Amapá/Norte do Pará)*, São Paulo, 1983.

COHEN, Anthony. *The Symbolic Construction of Community*, London & New York: Routledge, 1995.

CLÉMENT, Jean. *Du texte à l'hypertexte: vers une épistémologie de la discursivité hypertextuelle*. In: BALPE, J.-P., LELU, A., SALEH, I. (coords.) **Hypertextes et hypermédias: Réalisations, Outils, Méthodes**. Hermès, Paris, 1995.

DUPRÉ, Florence, WALLISER, Rachel & LÉVI, Joseph. *Les ressources anthropologiques dans les cyberunivers: un aperçu*. *Anthropologie et Sociétés*, vol.35, n.1-2, 2011, p.159-186.

DREYFUS, Simone. *Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796*, In:

- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.)
Amazonia: Etnologia e História Indígena, São Paulo: NHII/USP/ FAPESP, 1993.
- FARAGE, Nadia. As muralhas dos Sertões, os povos indígenas no rio Branco e a
colonização, São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das Ciências Humanas.
São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: EdUFRRJ,
2002.
- GOW, Peter. Of Mixed Blood. Kinship an History in Peruvian Amazonia, Oxford:
Clarendon Press, 1991.
- GRUPIONI, Denise Fajardo. Tempo e Espaço na Guiana Indígena. In: GALLOIS,
Dominique. Redes de relações nas Guianas. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.
- HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. A Invenção das Tradições, Rio de Janeiro:
Editora Paz e Terra, 1984.
- HOPPERS, Catherine A. Odora. Indigenouns Knowledge and the Integration of
Knowledge Systems” In HOPPERS, C. A. O. (ed.) Indigenouns Knowledge and the
Integration of Knowledge Systems, Towards a Philosophy of Articulation, New Africa
Books, South Africa, 2002, p.2-22.
- ILLICH, Ivan. Sociedade sem Escolas. Petrópolis: Vozes. 1973.
- JAMES, Allison & PROUT, Alan. Re-Presenting Childhood: Time and Transition in the
Study of Childhood. In: James, A., Prout, A. Constructing and Reconstructing Childhood.
Basingstoke: Falmer Press, 1990.
- HIRSCHFELD, Lawrence. Why don't Anthropologists like Children? American
Anthropologist, 104 (2), 2002, p.611-627.
- INGOLD, Timothy. Culture, nature, environment: steps to an ecology of life; Making
things, growing plants, raising animals and bringing up children. In: The Perception of the
Environment: essays on livelihood, dwelling and skill. London & New York: Routledge,
2000. Pp.13-26, 77-88.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação,
Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

- LAVE, Jean & WENGER, Etienne. *Situated Learning. Legitimate peripheral participation*, Cambridge University Press, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *A História de Lince*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LOPES DA SILVA, Aracy. *Tradições, Inovações e Criatividade: a análise Comparativa de Cosmologias vistas como Processo*, Anuário Antropológico/88, Brasília: Editora UnB, 1991.
- LOPES DA SILVA, Aracy. *Uma Antropologia da Educação no Brasil? Reflexões a partir da escolarização indígena*. In: LOPES DA SILVA, A. & FERREIRA, M.K.L., *Antropologia, História e Educação*, São Paulo: Global/MARI/FAPESP, 2001, p.29-43.
- MARCUS, George. *Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial*. *Revista de Antropologia*, Volume 34, São Paulo, 1991.
- OBEYESEKERE, Gananath. *Medusa's Hair, An Essay on Personal Symbols and Religious Experience*, The University of Chicago Press, 1981.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar*, Tese de Doutorado, UFRJ-Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1986.
- OVERING, Joanna. *The Piaroa, a people of the Orinoco Basin. A study in kinship and marriage*. Oxford: Clarindon Press, 1975.
- OVERING, Joanna. *Elementary structures of reciprocity: a comparative note on Guianese, Central Brazilian, and North-West Amazon socio-political thought*. *Antropologica*. 59/62, Fundación LaSalle, 1983-1984, p. 331-348.
- PEIRANO, Mariza. *Artimanhas do Acaso*. Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, p. 9-21.
- PEIRANO, Mariza. *Não foi só por acaso: um depoimento*. Memorial. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/arquivos/memorial.pdf>, 1992b.
- RAMOS, Alcida. *Revisitando a Etnologia Brasileira*. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 25-50.
- RIVIÉRE, Peter. *Individual and Society in Guiana: A comparative study of amerindian social organization*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

- ROSALDO, Renato. *Culture and Truth, The Remaking of Social Analysis*, Boston: Beacon Press, 1989.
- SEVERI, Carlo. *Il percorso e la voce, un'antropologia della memoria*. Torino: Einaudi, 2004.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- TOREN, Christina. Making History: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. *Man*, n.28, 1993, p. 461-478.
- TOREN, Christina. Making the present, revealing the past: the mutability and continuity of tradition as process. *Man*, vol.23, n°4, 1988, pp.696-717.
- TOREN, Christina. What's a schema? *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 4 (3), 2014, pp. 401–409.
- VIDAL, Lux. Levantamento da produção artística dos índios Karipuna da região de Oiapoque, Amapá e dos preparativos e execução da cerimônia do Turé. Projeto de Pesquisa apresentado ao Fundo de Pesquisa Artes e Letras, Pró-Reitoria de Pesquisa/USP, 1990.
- VIDAL, Lux. O modelo e a marca, ou o estilo dos "misturados". *Cosmologia, História e Estética entre os povos indígenas do Uaçá*. *Revista de Antropologia*, vol. 42, n.1-2. São Paulo, 1999, p.29-45.
- VIDAL, Lux. *A Cobra Grande: uma introdução à cosmologia dos povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Etnologia Brasileira*. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. *Antropologia (volume I)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.) *Amazônia Etnologia e História Indígena, Introdução*, São Paulo: NHII/USP - FAPESP, 1993, pp. 9-15.
- WAGNER, Roy. *The Invention of Culture*, Chicago: The University of Chicago Press. 1981.
- WHITEHOUSE, Harvey (ed.) *The Debated Mind. Evolutionary Psychology versus Ethnography*. Introduction, Oxford, New York: Berg. 2001, p. 1-20.

Anexo: Listagem das Atividades Realizadas

Conforme Resolução Normativa N° 40/CUn/2014, sequência de itens apresentada no CD em anexo, segundo o artigo 5° da Portaria n° 982/MEC/2013.